



C i d a d a n i a e I n c l u s ã o S o c i a l

2 0 0 4



As ações desenvolvidas pelo governo na área social, mesmo diante das dificuldades econômicas, mostram que, para o Governo Federal, priorizar os mais pobres é uma meta inalienável. Articular o desenvolvimento social com a retomada do desenvolvimento econômico fundamenta-se nos princípios éticos e nas prescrições constitucionais relacionadas com o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e à justiça social.

O Brasil precisa de políticas sociais integradas, estratégicas, formuladas e implementadas por meio de ações intersetoriais, evitando a dispersão e a fragmentação, buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, entidades e movimentos sociais. Neste sentido, as iniciativas de governo visaram à unificação de diversos programas de transferência de renda em um único programa, o Bolsa Família, e à definição do enfrentamento da fome como questão primeira na pauta política nacional, com o Fome Zero.

Buscou-se também o princípio da universalização, principalmente no que se refere à educação básica (obrigatória e gratuita), à saúde, à assistência social, ao saneamento e à habitação sempre na perspectiva de uma política de inclusão social.

O governo adotou medidas de valorização da cultura nacional, em sua dimensão regional, como elemento de resgate da identidade do País, ampliando sua projeção no cenário mundial.

O combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, ao contrabando de armas e drogas foi outro esforço do governo na área da justiça e segurança pública. Atuar integrado com estados, municípios e os demais poderes demonstra o respeito aos cidadãos e à sociedade reforçando a crença nas instituições democráticas.

A ampliação da repressão ao trabalho escravo e ao combate ao trabalho infantil, a adoção de medidas de proteção às nações indígenas, à mulher vítima de violência, o combate à discriminação racial, a defesa dos direitos humanos e da reparação das vítimas da ditadura militar são demonstrações inquestionáveis de que o atual governo veio para mudar.

1. PRIORIDADE PARA OS MAIS POBRES

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os programas de transferência de renda, como o Bolsa Escola ou o Bolsa Alimentação, representaram um avanço no campo das políticas públicas, mas não superaram características



marcantes das políticas sociais: pulverização dos recursos, superposição de público-alvo, competição entre as instituições, ausência de coordenação, elevado custo administrativo e uma visão setorial do enfrentamento da pobreza. Além disso, os programas setoriais operavam com restritas cotas de atendimento, reduzido valor da transferência monetária e ignoravam a existência de programas similares, conduzidos pelos estados e/ou municípios. Finalmente, cada um dos programas se voltava, exclusivamente, para um segmento do grupo familiar – crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos (Bolsa Escola); crianças entre 6 meses e 6 anos (Bolsa Alimentação).

Tendo em vista esse diagnóstico e ao final de alguns meses de debates e de trabalho conjunto entre ministérios, num exercício até então inédito de articulação intersetorial no âmbito do Governo Federal, desenhou-se o Programa Bolsa Família, oficial e legalmente lançado em 20 de outubro de 2003.

O programa se fundamenta em algumas premissas. Em primeiro lugar, a de que a transferência de renda não é um fim em si mesmo, embora no plano imediato alivie a situação de penúria e privação das famílias: a complementação de renda favorece o acesso a direitos universais de educação, saúde e alimentação. Em segundo lugar, a de que é fundamental combinar a transferência de renda com outras políticas e programas (microcrédito, capacitação profissional, qualificação, cooperativismo, agricultura familiar, etc.) para criar possibilidades de as famílias se desvincularem do programa numa situação distinta daquela que lhes permitiu o ingresso. Para isso, portanto, foi necessário ter todos os membros do grupo familiar como público-alvo. Em terceiro lugar, entender o Cadastro Único como uma ferramenta destinada ao planejamento de políticas públicas no âmbito dos territórios. Finalmente, realizar a combinação de esforços com estados e municípios em dois planos: a integração com seus programas de transferência de renda, pondo fim às superposições e incorporando as famílias aos demais programas e políticas. Essa é a maneira de potencializar o conjunto dos investimentos públicos de caráter social e respeitar o sentido da cooperação no pacto federativo.

Além das discussões interministeriais e com os gestores dos programas setoriais, a formulação e a implementação do programa também foram discutidas com a Frente Nacional dos Prefeitos, a Confederação Nacional dos Municípios, a Associação Brasileira de Municípios e representantes dos governos estaduais, assim como os próprios governadores. Finalmente, o programa foi apresentado e discutido com os mais diversos conselhos – Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Alimentar – e na Comissão de Família e Seguridade Social da Câmara de Deputados.



O programa utilizou a base de dados dos programas federais de transferência de renda (Cadastro Único – CADÚNICO) para atender aos grupos familiares do programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás com renda familiar *per capita* até R\$100,00. Para o grupo com renda familiar por pessoa até R\$50,00, o benefício consiste em um piso de R\$50,00 e em um valor variável (R\$15, 30 ou 45) associado ao número de crianças e adolescentes até 15 anos. As famílias nessa faixa de renda e sem crianças e adolescentes em sua composição recebem a quantia fixa de R\$50,00. Para o grupo com renda familiar *per capita* superior a R\$50,00, o valor do benefício é variável (R\$15, 30 ou 45).

Ao lançar o programa no dia 20 de outubro, o Presidente da República reiterou o que já havia afirmado em outras ocasiões: a meta era atingir 3,6 milhões de famílias em 2003 e 11,4 milhões em 2006 de modo a tornar o programa universal.

Já em novembro o programa atendeu a cerca de 3 milhões de famílias, em 5.447 municípios, praticamente antecipando a meta estabelecida para o mês de dezembro de 2003, atingindo a marca de 10 milhões de beneficiados.

Quanto ao valor médio do benefício, no primeiro mês foi R\$73,72 e em novembro R\$75,43. Assim, o programa Bolsa Família triplicou o valor médio dos benefícios.

No mês de dezembro, com início do pagamento no dia 22, o programa Bolsa Família ultrapassou a meta estabelecida, atingindo 3.615.596 famílias, cerca de 13 milhões de pessoas beneficiadas e com um volume de recursos mensal de R\$263 milhões. Estes recursos, por região, foram distribuídos da seguinte forma: Norte, R\$21,7 milhões; Nordeste, R\$159 milhões; Sudeste, R\$50,6 milhões; Sul, R\$23,4 milhões; e Centro-Oeste, R\$8,3 milhões.

O esforço de migrar para o programa esse número de famílias antes atendidas nos programas setoriais, elevando em mais de 300% o valor médio dos benefícios, correspondeu a um aumento significativo das dotações orçamentárias para os programas de transferência de renda. Em 2002 foram R\$2,6 bilhões e em 2003, R\$4,3 bilhões, representando um aumento de 65%. Para 2004, serão R\$5,3 bilhões, duplicando os recursos investidos em 2002.

Esse volume de recursos tem forte impacto nos mercados locais, criando sincronias e efeitos multiplicadores favoráveis à geração de ocupação e renda, particularmente importantes nos pequenos e médios municípios. Integrados a outras políticas como, por exemplo, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, do Fome Zero, os recursos das transferências



do programa Bolsa Família terão forte impacto social, impulsionando novas dinâmicas de desenvolvimento com inclusão social.

No Nordeste, por exemplo, o volume de recursos destinados pelo Bolsa Família equivale a 26% dos recursos transferidos pelo Fundo de Participação dos Municípios, a 44% dos recursos do Fundef e a 16% do total das transferências constitucionais. Nesta região, para os municípios do estado do Maranhão, Piauí e Paraíba, as transferências do programa equivalem a 51, 53 e 58% do Fundef, respectivamente. Em alguns municípios, como Belágua e Lagoa Grande, no Maranhão, as transferências realizadas representam 23 e 20%, respectivamente, da renda das famílias.

Em conjunto com a Caixa Econômica Federal, agente gestor do Cadastro Único, o Cadastro está sendo aperfeiçoado e foram desenvolvidos instrumentos para permitir o acesso por parte das prefeituras, algo que até recentemente era impossível. Os gestores municipais de políticas sociais estão acessando todas as informações contidas no Cadastro relativas aos seus municípios, passando a contar com uma ferramenta preciosa para o planejamento de suas ações. Paralelamente, estão sendo corrigidos erros do Cadastro, como, por exemplo, a duplicidade de beneficiários. Até o final de novembro foram identificados 13.175 casos de duplicidade, sendo providenciado o seu bloqueio.

Enquanto não migram para o Bolsa Família, mais de 6 milhões de famílias continuam sendo atendidas nos critérios do programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. As famílias que recebem benefícios de vários programas e cujo valor final ultrapasse o teto de R\$95,00 não terão redução no valor do benefício até completarem o tempo de permanência previsto em seus respectivos programas.

FOME ZERO

Ao criar o Fome Zero, o novo governo colocou no centro da agenda nacional o problema da fome. E essa agenda foi assumida pela sociedade brasileira, que não só participa nesse esforço nacional, como também avalia positivamente as ações do governo.

O apoio da população ocorre em função da prioridade expressa aos excluídos, ao resgate da cidadania, ao atendimento aos que sempre foram esquecidos pelo poder público, à articulação para a construção de uma política de segurança alimentar para o País e, em especial, diante dos primeiros resultados alcançados.



Nos municípios por onde o Fome Zero começou, são visíveis os sinais de transformação. Em Guaribas e Monsenhor Hipólito, no Piauí, e em São Bento do Norte e Tenente Laurentino Cruz, no Rio Grande do Norte, por exemplo, não houve óbito algum de crianças menores de um ano. Guaribas e Vera Mendes (PI) e Campo Redondo (RN) apresentaram melhoras em todos os indicadores nutricionais.

A efetiva articulação de políticas dá resultados promissores também em outras áreas. Há dois anos, a população de Guaribas percorria quilômetros para pegar água na fonte. Hoje, a distância foi reduzida e a água consumida é de boa qualidade, graças à construção de cisternas e à implantação de uma rede de distribuição.

Criou-se o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), que conta com representantes da sociedade civil e do governo. Instrumento de articulação para propor as diretrizes das políticas e ações na área da alimentação e nutrição, parte de uma preocupação com o direito humano à alimentação. Foi também estimulada a formação de conselhos estaduais e municipais de segurança alimentar, sendo que até outubro já tinham sido instalados 20 órgãos estaduais e 66 municipais. Além disso, o Consea está preparando a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, a ser realizada no início de 2004.

Neste primeiro ano de governo, foram priorizadas as ações emergenciais e iniciadas as ações estruturais do Fome Zero.

a) Ações Emergenciais do Fome Zero

Cartão Alimentação

O programa deu preferência às ações de ampliação do acesso à alimentação de famílias do semi-árido e Norte brasileiro e à infância, além de dar atenção às comunidades de acampados, quilombolas e indígenas.

Até outubro, quando foi criado o programa Bolsa Família, o Cartão Alimentação havia alcançado 1.070.957 famílias em 1.227 municípios, especialmente do Nordeste e Norte do País. A partir desse mês, passaram a receber os recursos por meio do Bolsa Família. Nessa última região, a transferência de renda alcançou 71,5% das famílias extremamente pobres.

Instâncias locais participativas, os comitês gestores do Cartão Alimentação foram idealizados para fiscalizar o programa e articular outras iniciativas necessárias à emancipação



socioeconômica das famílias, juntando as ações estruturais no âmbito local e microrregional. Até dezembro de 2003, foram criados 2.238 comitês gestores em todo o semi-árido nordestino e na região Norte.

Participação da sociedade

O Mutirão contra a Fome, que incentiva a participação da sociedade e das empresas, contou com grande adesão. As doações em dinheiro nas contas da Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil somaram R\$7,5 milhões, que estão sendo utilizados na construção de cisternas, para a captação de água da chuva, possibilitando o consumo básico. Além disso, 96 empresas apresentaram projetos de inclusão social e outras 1.412 instituições foram autorizadas a utilizar a logomarca do Fome Zero em espetáculos, exposições, jogos de futebol e eventos, que arrecadam alimentos e recursos destinados ao programa.

Distribuição de água e cestas básicas

Simultaneamente, todos os 234 mil trabalhadores sem terra acampados; 15 mil famílias, em 150 comunidades remanescentes de quilombos; e 20 mil famílias, de 63 comunidades indígenas, têm recebido cestas básicas de qualidade de forma emergencial.

Após mapeamento das áreas do semi-árido atingidas pela seca, caminhões-pipa fazem a distribuição de água em 256 municípios, atendendo a 1,15 milhão de pessoas, com a ajuda do Exército.

Banco de Alimentos

É uma iniciativa para reduzir o desperdício de alimentos. Os produtos não-comercializados por estar com o prazo de validade próximo do vencimento ou por apresentar problemas na embalagem, desde que não comprometa a qualidade, são recolhidos pelos bancos de alimentos para ser distribuídos. O estoque recebido é avaliado por nutricionistas, reembalado e distribuído a entidades cadastradas. Já foram conveniados oito municípios para instalação, ampliação e modernização de sistemas de Banco de Alimentos. O Serviço Social do Comércio (SESC), por meio do Projeto Mesa Brasil, faz o mesmo em 28 outros municípios.

b) Ações estruturais do Fome Zero

O Fome Zero é composto por um conjunto de ações que estão sendo implementadas gradativamente. Têm como objetivo promover a segurança alimentar e nutricional a todos os brasileiros e atacar as causas estruturais da pobreza.



Para tanto, foi necessário desenvolver, ao lado das ações emergenciais, um conjunto de ações estruturais, que têm como objetivo garantir condições para o desenvolvimento sustentável das comunidades pobres.

Destacam-se:

Produção

O Programa de Aquisição de Alimentos se dedica a incentivar a agricultura familiar por meio da compra da produção de pequenos agricultores. O produto comprado pode ser distribuído a pessoas em situação de insegurança alimentar ou utilizado na formação de estoques estratégicos de segurança. São duas modalidades: compra antecipada e direta da produção que se destina à manutenção de estoques de segurança e compra local de alimentos, pelas prefeituras, para ser distribuídos em creches, asilos, hospitais, etc. As aquisições de seis tipos de produtos limitam-se a R\$2.500 por agricultor/ano e já atingem 59 municípios. Na modalidade de compra direta, até 31 de dezembro de 2003, foram adquiridas 6.935 toneladas de alimentos. Em relação à modalidade de compra antecipada, foram atendidos 44 mil produtores.

O programa de incentivo à produção e ao consumo de leite tem a finalidade de fortalecer os pequenos produtores de laticínios, remunerar a produção com preço justo e atender à população carente com a distribuição dos alimentos. Serão atendidos os pecuaristas que ordenham até 100 litros por dia, o que representa 96% de todo o Nordeste. Já foram assinados convênios atingindo 774 mil litros/dia até maio de 2004.

Água

Para a construção de cisternas e de pequenas obras hídricas no semi-árido nordestino, foi realizado primeiro o mapeamento dos municípios mais atingidos pela seca. O programa de cisternas para captação da água da chuva está sendo efetivado por um convênio assinado com a Articulação do Semi-Árido (ASA) e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), que prevê 22 mil instalações. Até dezembro de 2003, foram construídas 5.445. Para isso, 784 pessoas foram capacitadas como pedreiros e 4 mil famílias foram treinadas em gestão de recursos hídricos.

Está sendo realizado o cadastramento de 70 mil poços de águas subterrâneas, notadamente na região do semi-árido. O objetivo é descobrir novas jazidas de água e disponibilizar o seu acesso às comunidades. O programa tem como ponto de partida as localidades atendidas pelo Fome Zero.



Desenvolvimento, implantação e operação de Sistemas de Informações sobre Recursos Hídricos

A ação envolve a identificação e o aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos no semi-árido. Foi assinado convênio entre a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM) para implementar a completa detecção, perfuração e distribuição de água para as populações do semi-árido. As ações deste programa foram iniciadas no municípios de Guaribas e Acauã, no Piauí.

Merenda Escolar

Houve aumento nos valores repassados para as merendas na pré-escola: de R\$0,06 *per capita* para R\$0,13, atendendo a 4,3 milhões de crianças de quatro a seis anos; e nas escolas indígenas de R\$0,13 *per capita* para R\$0,34, atendendo a 116 mil alunos em 1.711 escolas.

Pela primeira vez na história, o governo começou também a repassar recursos para a merenda nas creches, com repasse de R\$0,18 *per capita*, atendendo a 881 mil crianças de 0 a 3 anos, matriculadas em 17,6 mil creches.

A inclusão do peixe na merenda escolar, em 150 mil refeições por semana, em 20 municípios do estado da Bahia e Piauí, está prevista para 2004, por meio de convênio celebrado com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

Alfabetização

O Programa Brasil Alfabetizado já atende a 1,05 milhão de pessoas em 840 municípios do semi-árido beneficiados pelo Fome Zero.

No âmbito do projeto Pescando Letras, para alfabetização de pescadores, foi realizado o curso de preparação das coordenações estaduais e elaborada a Cartilha de Alfabetização.

Desenvolvimento das comunidades

O Plano Safra 2003-2004 permitiu a ampliação da linha de crédito para programas de assistência técnica e seguro-safra para agricultores familiares, com previsão de aplicação de R\$5,6 bilhões, com prioridade aos municípios que integram o Fome Zero.



Estão sendo implementados 20 Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), que reúnem, em média, 20 municípios situados em regiões menos desenvolvidas dos estados, onde serão implementadas ações estruturais interligadas. Essas iniciativas compreendem o microcrédito, a inclusão digital, a institucionalidade da associação dos municípios, a elaboração de diagnóstico e do plano de desenvolvimento regional e o incentivo à agricultura familiar.

Foi assinado convênio com a Embrapa para a adequação de tecnologia no semi-árido e disseminação de programas de hortas comunitárias, banco de sementes, apicultura, ovinocultura, caprinocultura, suinocultura e produção de camarão nos municípios atendidos pelo Fome Zero.

Para promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades da Amazônia estão sendo executadas ações de compra dos produtos extrativistas; incentivo à agricultura familiar; emprego de mão-de-obra local; organização de associações e cooperativas de produtores; e consolidação das reservas extrativistas de uso sustentável. Já estão funcionando 19 projetos de associações no estado do Maranhão, Pará, Amazonas, Tocantins e Acre. Há mais 24 projetos já aprovados, em processo de tramitação, referentes a associações indígenas de Rondônia, Pará, Acre, Roraima, Amazonas, Tocantins e Maranhão. Para esses projetos, o Programa Amazônia Sustentável (PAS) recebeu R\$7 milhões do Fome Zero, dos quais R\$3 milhões estão em fase de repasse às instituições para execução.

Estão sendo investidos recursos, em parceria com a Fundação Palmares, para execução de investimentos em meios de produção destinados a 150 comunidades remanescentes de quilombos, com vistas à auto-sustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar. As principais metas são: levantamento da realidade socioeconômica e cultural das comunidades em todas as regiões; implantação de banco de dados sobre remanescentes; implementação de ações estruturantes, por meio de investimentos em meios de produção, tais como implementos agrícolas, materiais para pesca artesanal, para artesanato e sistemas de irrigação para pequenas lavouras.

Foi firmado com o estado do Mato Grosso do Sul convênio para atender a 11 mil famílias indígenas, a fim de incentivar a expansão da agricultura para consumo próprio; manejo de solo; criação de pequenos animais; incentivo ao artesanato e ações de desenvolvimento local sustentável.



Houve ampliação do número de seringueiros que utilizam a Tecnologia Alternativa para Produção de Borracha na Amazônia (TECBOR). A Tecbor reduz o tempo de beneficiamento e melhora a qualidade da borracha produzida, além de ser ecológica, pois reduz a emissão de gás carbônico.

A Eletrobrás liberou o cultivo de roças familiares nas faixas de servidão de linhas de transmissão do estado do Paraná. A Eletrosul auxilia na limpeza do solo e na orientação técnica de plantio, por meio de parcerias com prefeituras, Emater-PR e outros órgãos. Neste ano, estão sendo atendidas cerca de 400 famílias de pequenos agricultores. Até 2005, a meta é chegar a 4 mil famílias, estendendo o projeto para os demais estados de atuação da Eletrosul (Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Cidadania

A emissão de registro civil gratuito é outra ação do Fome Zero e está sendo realizada em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (ARPEN). No dia 25 de outubro teve início campanha do registro civil em todo o País, com adesão de cerca de seis mil cartórios. Até novembro mais de 100 mil registros foram realizados e a meta até 2006 é erradicar o subregistro no País.

Uma ação específica no Maranhão, no quilombo de Frechal, em Mirinzal, emitiu mais cinco mil registros para os quilombolas. Os indígenas também começaram a ser atendidos no estado: em Jenipapo dos Vieiras (MA) mais de dois mil índios da etnia Guajajara receberam seus registros.

Em 2004, o Governo Federal atuará junto aos municípios nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades e nos Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar (CONSADS), visando à construção de sistemas municipais de segurança alimentar. Serão ampliados o programa de compras da agricultura familiar e os investimentos em programas educativos, com o objetivo de melhorar os hábitos alimentares.

Os Sistemas Municipais de Segurança Alimentar pretendem implantar programas integrados no plano municipal, microrregional ou estadual por meio de ações que interferem nas etapas do fluxo de produção, distribuição, preparo e consumo de alimentos. Envolvem ações de: apoio à construção e ampliação de redes de bancos de alimentos e colheita urbana, no sentido de combater o desperdício; formar restaurantes populares públicos; implantar a rede solidária de restaurantes privados; implantar cozinhas comunitárias e hortas urbanas, associados a



programas de educação alimentar e nutricional. A meta é atingir 800 municípios, sendo prioritariamente nos grandes e médios municípios e nos Consads. O objetivo deste projeto é ampliar o acesso à alimentação, reduzir o desperdício e aumentar a oferta de alimentos produzidos localmente, gerando emprego e renda.

A ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos permitirá o benefício direto a 78 mil famílias e a geração de 217 mil empregos diretos. Além disso, proporcionará o aumento da renda ao agricultor, pela melhoria do preço recebido, como já vem ocorrendo desde o seu lançamento.

O programa de Educação Alimentar e Nutricional tem por fim disseminar práticas de segurança alimentar, valorizando a melhoria do hábito alimentar e de consumo, a alimentação regional e local. Será baseado na capacitação de agentes locais e na utilização de meios de comunicação de massa, como rádio e televisão. Os agentes locais trabalharão também no auxílio à identificação da situação alimentar e nutricional da população, contribuindo para a implantação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), juntamente com o Ministério da Saúde.

Em 2004, em continuidade à Campanha Um Milhão de Cisternas, serão construídas 19 mil cisternas, gerando 3.800 empregos diretos de pedreiros e capacitadores e 1.500 empregos indiretos; diminui, dessa forma, a demanda pela ação emergencial de distribuição de água.

Em relação à maior transparência e democratização do aparato público, será realizada, junto com o Consea, a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em março de 2004, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda (PE). A Conferência terá como objetivo envolver a sociedade na proposição de diretrizes para a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no período de 2004 a 2007. Será a etapa final de um processo iniciado nos municípios, com a criação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, que realizarão suas conferências municipais, microrregionais e mesorregionais para indicar seus delegados para as conferências estaduais indicarão seus representantes para a etapa nacional. O Relatório Final da II Conferência conterá as proposições de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, a avaliação das experiências de segurança alimentar e nutricional e a indicação de procedimentos destinados a retirar as famílias da dependência dos programas de transferência de renda.

Como tarefa institucional, espera-se avançar na institucionalização do direito humano à alimentação e na aprovação do Estatuto do Bom Samaritano, que visa a estimular a doação de alimentos a terceiros.



LUZ PARA TODOS

O programa Luz para Todos foi lançado em novembro de 2003 com o objetivo de levar energia elétrica para mais de 12 milhões de pessoas até 2008 e acabar com a exclusão elétrica no País. A prioridade é para as comunidades rurais, onde 80% das famílias ainda estão sem acesso a esse serviço. O programa possibilita que a energia elétrica seja um vetor de desenvolvimento social e econômico das comunidades atendidas, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. Além disso, a chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do Governo Federal, assim como o acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

O principal avanço do Luz para Todos é o fato de o consumidor estar isento de participar financeiramente do investimento para a construção das redes de distribuição rural, como ocorria no Programa Luz no Campo. O programa foi feito em parceria com todos os estados e participação das concessionárias.

Em 2004, espera-se realizar cerca de 400 mil atendimentos em todo o território nacional, seja pela extensão das redes existentes, seja pelo atendimento descentralizado com redes isoladas ou mesmo individuais. O valor total a ser investido no ano é de R\$1,4 bilhão, sendo R\$910 milhões do Governo Federal.

Para sua operacionalização, será criada uma estrutura formada pela comissão nacional do programa Luz para Todos, pelo comitê gestor nacional, e ainda comitês estaduais em todas as unidades da Federação. Os agentes executores serão as concessionárias de distribuição, com as cooperativas de eletrificação rural, que serão os agentes executores do programa.

Como parte integrante do programa Luz para Todos, o Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios implementará o Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem, que inclui levantamento, diagnóstico técnico, recuperação, tombamento e regularização patrimonial dos 9.000 sistemas fotovoltaicos e de bombeamento d'água instalados ou em estoque.

2. EDUCAÇÃO

a) Alfabetização

A meta do programa Brasil Alfabetizado para 2003 era colocar em processo de alfabetização 3 milhões de pessoas. Esta meta foi superada. O programa já atingiu 3,25 milhões de pessoas. Cerca



de 2,1 milhões estão saindo do analfabetismo por meio de 189 convênios com estados, municípios, organizações não-governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), enquanto 1,17 milhão de pessoas estão sendo alfabetizadas por meio de protocolos de intenção firmados sem aporte de recursos da União. O Brasil Alfabetizado gera ainda emprego e renda para 106 mil professores e possibilita a ocupação de mais 56 mil alfabetizadores/colaboradores. Este programa tem como parceiros: Serviço Social da Indústria e Confederação Nacional das Indústrias (SESI/CNI); Alfalit Brasil; Alfabetização Solidária; Secretaria de Educação do Ceará, Piauí e Bahia; prefeitura de Itabuna (BA), Recife e Belo Horizonte; Companhia Vale do Rio Doce; Tim/Pirelli; Fiat; Fundação Banco do Brasil, entre outros.

Em parceria com 207 Instituições de Ensino Superior, o Projeto Rádio Escola mostra a abrangência desse veículo em processos educacionais de formação de alfabetizadores de jovens e adultos. Em novembro, foi assinado um convênio com a Universidade de São Paulo (USP) para instalação de emissoras de rádio em escolas de Ensino Médio nos estados da região Centro-Oeste. O convênio, no valor de R\$666,3 mil, permitirá a capacitação de 140 professores para utilização de equipamentos em atividades educacionais. Transmissores de pequeno alcance serão instalados em 70 escolas de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, beneficiando cerca de 2.100 alunos.

O Governo Federal tem atuado na educação de jovens e adultos, utilizando-se de metodologias voltadas para o meio rural. Além do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) conta com cursos de nível médio, técnicos profissionalizantes e de nível superior. Atualmente, possui cerca de 63,9 mil alunos nas salas de Educação de Jovens e Adultos (escolarização fundamental e média). Além destes, há ainda 1.872 alunos nos cursos técnicos e 832 no nível superior.

b) Educação Básica

O Bolsa Escola foi ampliado em 2003, contando com a adesão de 5.558 municípios, do universo de 5.561, e o atendimento estendeu-se a cerca de 5,1 milhões de famílias, beneficiando aproximadamente 8,3 milhões de alunos. A partir de outubro de 2003 os programas de transferência de renda foram unificados no programa Bolsa Família. As famílias beneficiadas pelo Bolsa Escola estão sendo gradativamente incorporadas ao Bolsa Família.

Em 2003, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atendeu a 37,5 milhões de alunos. O aporte extra de mais de 10% ao orçamento inicial permitiu que o valor *per capita*



repassado a quase 5 milhões de alunos matriculados no pré-escolar das escolas públicas e filantrópicas tivesse um aumento de 116%: de R\$0,06 para R\$0,13. A partir de junho o Governo Federal passou também a atender às crianças de zero a três anos matriculadas em creches públicas e filantrópicas, com um valor *per capita* de R\$0,18/dia – uma revolução desde que a Merenda Escolar foi oficializada há 49 anos. Em 2003 foram aplicados R\$24 milhões para atender a 881 mil crianças matriculadas em 18 mil creches, durante 151 dias letivos. Outra novidade foi a criação do PNAI, alimentação escolar para os povos indígenas. Foram atendidos, em 2003, mais de 115 mil alunos matriculados em 1.684 escolas indígenas distribuídas em 177 municípios de 22 estados. O diferencial do PNAI é que o valor *per capita*/dia por aluno matriculado é de R\$0,34, objetivando respeitar os hábitos alimentares dos povos indígenas.

Foram adquiridos 98,4 milhões de livros didáticos destinados aos alunos de 1ª a 8ª série da rede pública de ensino fundamental e 3,3 milhões de dicionários de língua portuguesa para os alunos da 1ª série. Além disso, foram repassados R\$74,8 milhões à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo para a aquisição direta de 17,5 milhões de livros didáticos destinados às quatro primeiras séries do ensino fundamental, para reposição aos alunos de 5ª a 8ª série, além de dicionários para a 4ª série e livros paradidáticos. No total, foram adquiridos 115,9 milhões de exemplares.

O projeto Biblioteca do Professor beneficiará inicialmente 721 mil professores de classes de alfabetização e da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental. Eles receberão, no início do próximo ano letivo, os dois livros escolhidos no final de 2003, entre 144 títulos representativos da literatura brasileira indicados pela Academia Brasileira de Letras. Além disso, 20 milhões de alunos, de vinte mil escolas públicas, serão beneficiados com o mesmo acervo da Biblioteca do Professor.

O Governo Federal está iniciando o piloto do programa Escola Ideal em 29 municípios do estado do Piauí, Ceará, Paraíba, Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, alcançando 598 escolas e atendendo 88,5 mil alunos. No âmbito desse piloto estarão incluídos 100 municípios de até 15 mil habitantes, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O objetivo do programa é atingir todas as escolas de educação básica, tanto urbanas como rurais, de cada município. Em convênio com governos estaduais e municipais e com envolvimento dos demais setores, recursos serão repassados para reforma e ampliação de todas as escolas, aquisição de mobiliário, distribuição de uniforme escolar a todos os alunos, *kit* bandeira, instalação de laboratórios de Informática, Física e Química, transporte escolar e implantação de bibliotecas e malas do livro, que são minibibliotecas domiciliares. A contrapartida dos governos estaduais



será a capacitação dos professores, diretores e funcionários e a melhoria da remuneração dos docentes; a dos governos municipais, erradicar o analfabetismo, ter toda criança na escola e também ficar responsável pela adequação salarial dos professores.

Duas mil e setecentas escolas públicas de educação básica receberam, em 2003, o *kit* Nossa Bandeira, contendo uma Bandeira Nacional em tamanho e padrão oficial, um CD-ROM e uma fita cassete com a gravação do Hino Nacional e do Hino da Bandeira, folhetos impressos com a letra dos hinos e publicações sobre os símbolos do País. Nesse ano letivo, todas as 125.641 escolas públicas contarão com um conjunto idêntico. O projeto Nossa Bandeira, em parceria com a Petrobras e os Correios, visa a reforçar nos estudantes brasileiros a noção de que o respeito aos valores nacionais desenvolve sentimentos patrióticos que fortalecem atitudes de cidadania.

No programa Luz para Todos, o Governo Federal dá prioridade à eletrificação de cerca de 20 mil escolas não servidas por energia elétrica. A iniciativa permitirá a implementação de outros programas de acesso a modernas tecnologias, como o TV Escola e o Programa Nacional de Informática na Educação.

Cerca de 43 mil escolas públicas da rede de educação básica estavam equipadas com o *kit* da TV Escola (aparelho de TV, videocassete e antena parabólica), em 2002. Até outubro de 2003 mais 15 mil escolas receberam o *kit*. Foi firmado um convênio com a Eletronorte para a instalação de ambiente tecnológico em 580 escolas públicas do Maranhão. A TV Escola Digital Interativa entrou em operação em 18 escolas brasileiras de sete estados, sete capitais e sete Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE). Este é o primeiro sistema do gênero no País e possibilitará a interação com os professores do Ensino Básico.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil abriram uma linha especial de crédito aos professores da rede pública para financiar a compra de computadores individuais a juros reduzidos.

O Exame Nacional de Certificação de Professores tem o objetivo de elaborar um sistema nacional de formação e certificação de docentes, em apoio aos sistemas estaduais de avaliação, com implementação de avaliações periódicas. Apesar de os professores não serem obrigados a prestar o exame de certificação nem a se matricular nos cursos de formação continuada, serão estimulados a fazê-lo pelo oferecimento de bolsa federal de incentivo à formação. Ela pode representar, em algumas regiões, acréscimo de até 30% nos rendimentos do professor.



c) Ensino Superior

Em 2003 foram oferecidas 72.272 vagas para o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), das quais 55.000 foram efetivamente contratadas. A distribuição regional foi mais justa. Foram alterados os critérios de seleção de candidatos ao FIES: prioridade aos alunos egressos de escolas públicas; a professores da educação básica; a candidatos de 18 a 24 anos oriundos de estados com maior concentração de pessoas nessa faixa etária fora da universidade; a alunos que cursam Licenciatura; e a candidatos de instituições que oferecem maior número de cursos com qualidade comprovada.

O novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior foi elaborado com a finalidade de aferir a capacidade institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, o de aprendizado e a responsabilidade social das instituições de Ensino Superior. Será desenvolvido em cooperação com os sistemas estaduais de educação e substitui o Exame Nacional de Cursos, conhecido como Provão. Para isso, o governo encaminhou ao Congresso a Medida Provisória nº 147, de 15/12/03.

Foram investidos R\$37,6 milhões na aquisição de equipamentos para a modernização dos hospitais de ensino.

d) Educação Especial

O Governo Federal vem implementando a política de inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, pela implantação de salas de recursos, aquisição de materiais didáticos para alunos cegos e com baixa visão, distribuição de dicionários da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS) para escolas que atendem a alunos surdos, cursos de formação de professores que atuam com alunos com deficiência visual e auditiva para o uso do Sistema Braille e de Libras e curso para re-significação das oficinas pedagógicas para o trabalho com alunos com deficiência.

As ações do Ministério da Educação em 2004 convergem para uma nova forma de atuação da área federal no processo educacional brasileiro, amparada em quatro eixos principais.

Alfabetização de jovens e adultos

O Programa Brasil Alfabetizado estará propiciando a alfabetização de seis milhões de jovens e adultos. Parcerias com o Distrito Federal, estados, e municípios; instituições de ensino superior



federais, estaduais, municipais e privadas (sem fins lucrativos), organizações não-governamentais e Oscips, que desenvolvem e executam projetos de alfabetização de jovens e adultos, se responsabilizarão pela execução das ações financiadas pelo programa.

Inclusão Educacional

O MEC estenderá a distribuição de merenda escolar para os estudantes do Ensino Médio e para jovens e adultos matriculados na rede pública de ensino. A merenda cumpre importante papel no combate à evasão escolar e na melhoria da qualidade nutricional dos educandos.

O Congresso Nacional apreciará no início de 2004 proposta de criação de ação de apoio ao estudante do Ensino Superior, para a concessão de 30 mil bolsas por ano. É o primeiro programa oficial, massivo, de distribuição de bolsas de estudo na história do País. Para 2004 será oferecido em duas modalidades: bolsa de estudo integral, para alunos carentes de universidades particulares que cursem, prioritariamente, licenciatura; e bolsa de manutenção a alunos de universidades públicas. A retribuição ao financiamento recebido se dará sob a forma de serviços à comunidade, especificamente a alfabetização de adultos.

Encontra-se em estudo a possibilidade de fornecer aos alunos da rede escolar pública provenientes de famílias carentes mais um incentivo do Governo Federal. A idéia é viabilizar ajuda financeira para os alunos do Ensino Fundamental e Médio, aprovados e matriculados para a série ou ciclo seguinte.

O Ministério da Educação lançou, no dia 3 de dezembro de 2003, o programa Escola de Todos, com o objetivo de promover a inclusão educacional de 1.495.643 crianças e adolescentes brasileiros de sete a 14 anos que, de acordo com dados do Censo 2000 (IBGE), se encontram fora da escola. O MEC quer conhecer cada criança e cada adolescente que hoje está ausente das salas de aula. Isso ocorrerá com a participação efetiva de todas as prefeituras do País, mediante assinatura de termo de adesão ao programa, que prevê três etapas de implementação:

- I) Mapa da exclusão educacional no Brasil: apresentando o diagnóstico quantitativo da exclusão em todos os municípios brasileiros;
- II) Cadastramento das crianças e adolescentes que se encontram fora da escola;
- III) Ações de inclusão educacional: os municípios implantarão procedimentos de inclusão educacional adequados à realidade local, como melhoria da qualidade do ensino;



implementação de ações educativas complementares; combate ao trabalho infantil, às desigualdades e vulnerabilidades sociais, ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação das ações de inclusão educacional. Inicialmente, entretanto, será verificado se as famílias das crianças e adolescentes excluídas estão cadastradas no programa Bolsa Família.

Qualidade do Ensino

O Governo Federal iniciou, em 2003, o projeto-piloto do programa Escola Ideal, abrangendo 29 municípios do estado do Piauí, Ceará, Paraíba, Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, num total de 598 escolas e atendendo a 88,5 mil alunos.

Em 2004, cerca de 130 municípios receberão recursos do MEC para, entre outras ações, propiciar educação em tempo integral: apresentar projeto político-pedagógico consistente; planejamento coletivo das atividades pedagógicas; melhorias no prédio escolar; merenda com qualidade (pelo menos três refeições diárias); transporte escolar (também para escolas da zona urbana); materiais pedagógicos em quantidade e qualidade; oferta de ensino a distância; equipamento (mobiliário, utensílios, eletrodomésticos, computadores, etc.) completo e moderno; ações de promoção da saúde escolar; laboratórios de informática e de ciências equipados, biblioteca, acesso à Internet; arte, cultura, lazer, esporte e horta na escola, com professores não-leigos e trabalhadores da educação, todos capacitados, motivados e valorizados.

Em 2004, o MEC ampliará a assistência financeira aos municípios também para a educação infantil, que hoje, segundo dados do IBGE (2001), apresenta um déficit de atendimento de aproximadamente 90%, com demanda crescente. Dessa forma, somada à educação fundamental, média e tecnológica, o Ministério cobrirá todos os níveis de ensino com políticas de apoio às ações executadas por estados e municípios.

Além de expandir a Educação Infantil para crianças de até três anos de idade, o programa Educação na Primeira Infância visa a promover a capacitação dos profissionais dessa área, distribuindo material didático, bem como apoiando projetos municipais.

Ao contingente de 1,8 milhão de professores será oferecida oportunidade de capacitação e formação continuada associada a planos de carreira, cargos e salários. Além disso, eles contarão com promoções para o acesso a bens culturais e a meios de trabalho, como forma de estimular e garantir a qualidade educacional a que o País aspira.



O programa Valorização dos Trabalhadores e Professores da Educação será implantado em parceria com o Distrito Federal, estados, municípios, instituições governamentais, não-governamentais e instituições federais de ensino, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública.

Neste ano que se inicia, os estudantes do Ensino Médio das escolas públicas receberão, pela primeira vez, livros didáticos de Português e Matemática. O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) foi criado para prover a rede pública estadual, municipal e do Distrito Federal com livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos e professores abrangendo os componentes curriculares para essa etapa da Educação Básica, por meio das ações de ampliação do público-alvo do livro didático.

Neste primeiro ano está prevista a distribuição de um milhão de exemplares para os alunos matriculados na 1ª série do Ensino Médio. A meta é implantar o Programa de forma progressiva em todo o País entre 2005 e 2007, prazo em que serão acrescentadas as demais disciplinas.

Os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB-2001) indicam que 59% das crianças na 4ª série do Ensino Fundamental não adquiriram os conhecimentos e as competências básicas de leitura (alfabetização e letramento) e 52% deixaram de ter os conhecimentos matemáticos apropriados a essa faixa de escolarização. Foi com base nesse diagnóstico e tendo como referência os eixos norteadores da política educacional do governo que o Ministério da Educação lançou o Toda Criança Aprendendo. A estratégia contém três linhas de ações prioritárias:

- Implantação de uma política nacional de valorização e formação de professores baseada na proposição de piso salarial, na definição de Diretrizes Nacionais para a Carreira Docente e na criação do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores. O pacto nacional pelo aprendizado se configura como instrumento para incentivar, definir e orientar políticas públicas nacionais comprometidas com a qualidade da educação; para articular e integrar as diferentes ações desenvolvidas pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação em prol da qualidade do ensino, de modo a ampliar suas repercussões e efeitos.
- Apoio à construção de sistemas estaduais de avaliação da Educação Básica possibilita aos estados monitorar o processo de ensino e aprendizado desenvolvido em suas unidades escolares e constitui uma condição para implementação de uma política nacional de



investimentos crescentes na educação básica. Uma estratégia de redução de desigualdades e elevação do rendimento, assentada nas unidades de ensino, depende de medidas confiáveis de desempenho que favoreçam a avaliação permanente dos processos educativos por parte da comunidade escolar e do poder público.

- O programa Democratização da Gestão nos Sistemas de Ensino promoverá e fortalecerá a gestão democrática nos estados e municípios, assegurando a aplicação, de forma contínua e eficaz, das políticas educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, com a adoção de novos mecanismos de participação e controle social. O programa visa a atender a gestores, professores, alunos, servidores da educação, associações de pais, entidades representativas da sociedade civil, órgãos de classe, conselhos, instituições governamentais e não-governamentais vinculadas ao setor educacional.

Universidade como Fator de Desenvolvimento

O conceito de universidade à distância ganhará incremento em 2004. Os objetivos são os de ampliar e democratizar as oportunidades de acesso à Educação Superior inicial e continuada, por meio de programas de ensino remoto, desenvolvidos em articulação ou diretamente pelas instituições públicas de ensino superior do País. Pretende-se ainda difundir padrões de qualidade, promovendo a equidade e incentivando o aperfeiçoamento continuado, na perspectiva contemporânea de aprender sempre, além de inserir nas instituições públicas as novas linguagens e tecnologias da educação distanciada, de modo a modernizar e contextualizar a Educação Superior brasileira.

Em dezembro de 2003 foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, com a finalidade de avaliar a capacidade institucional, o processo de ensino e produção do conhecimento, o aprendizado e a responsabilidade social das instituições de Ensino Superior.

O novo método vem substituir o extinto Provão e, uma vez que prevê a análise de um número maior de quesitos, possibilita um retrato qualitativo completo dos cursos e das escolas que os oferecem.

O MEC já começou a discussão da reforma universitária em 2003, com a realização do seminário Universidade do Século XXI. Em 2004, as discussões continuarão com a instalação do Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior pelo Ministério da Educação, de forma a discutir com



o meio acadêmico e demais representantes da área a nova configuração da universidade brasileira e seu papel na inclusão social e no desenvolvimento do País.

3. SAÚDE

a) Fortalecimento da atenção básica

Mais de 2.000 novas equipes de saúde da família em atuação, até novembro de 2003, totalizando 18.815 equipes responsáveis pela cobertura de 35,2% da população (cerca de 62 milhões de pessoas), e 7.679 novos agentes comunitários de saúde, totalizando 183.142 agentes responsáveis pela cobertura de 53,8% da população (cerca de 94 milhões de pessoas). Vale ressaltar a importância da implantação do Projeto de Expansão da Saúde da Família, em 196 municípios com mais de 100 mil habitantes, como uma das estratégias do Ministério da Saúde para ampliar a cobertura da população pelas equipes de saúde da família em grandes centros urbanos.

Incremento de 20% no valor do incentivo para o Programa de Saúde da Família (PSF), significando um aumento de cerca de R\$368 milhões, perfazendo um volume de aplicação neste ano de R\$1,152 bilhão.

Incremento de 1.617 equipes de saúde bucal no PSF, em 2003, totalizando 5.878 equipes em atuação, responsáveis pela cobertura de uma população de mais de 32,4 milhões de pessoas (situação em novembro/03) e aumento de 20% no valor do incentivo financeiro para implantação destas equipes. O valor destinado às equipes com cirurgião-dentista e atendente passou de R\$13.000,00 anuais/equipe para R\$15.600,00. Para as equipes com cirurgião-dentista, atendente e técnico em higiene bucal, o incentivo passou de R\$15.000,00 para R\$19.000,00.

Revisão do valor *per capita* para o custeio da atenção básica, de R\$10,50 para R\$12,00, aumentando em R\$152 milhões o repasse federal aos municípios.

Transferência “Fundo a Fundo” de R\$3,6 bilhões aos estados e municípios para o custeio da atenção básica, no período de janeiro a outubro de 2003, significando um acréscimo de 10,3% em relação aos recursos repassados nesta mesma modalidade e período em 2002.

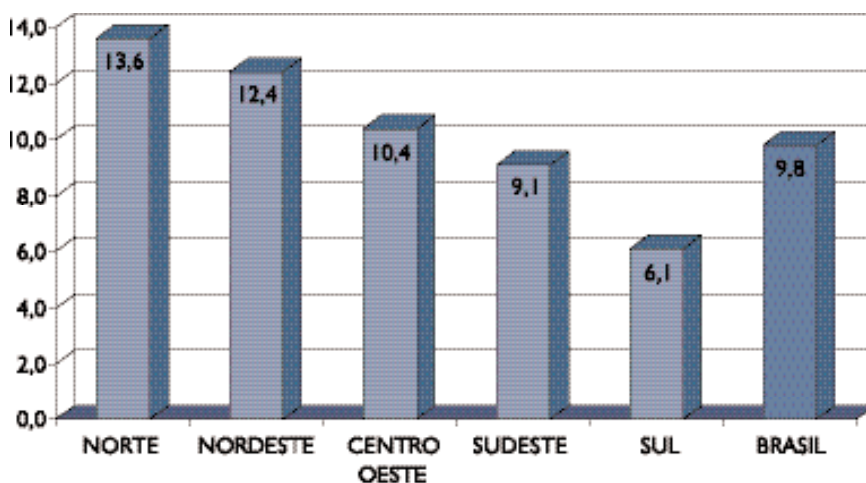
Incremento de 1.326.909 (82%) bolsas-alimentação, passando de 1.623.000, em dezembro de 2002, para 2.949.909, em setembro de 2003, impactando na diminuição das taxas de prevalência da desnutrição na infância, da anemia ferropriva em gestantes, diminuição da taxa de prevalência



da desnutrição e carências nutricionais no idoso. A partir de outubro de 2003, os programas de transferência de renda foram unificados no Programa Bolsa Família. As famílias beneficiadas pelo Bolsa Alimentação estão sendo transferidas gradativamente para o Bolsa-família.

b) Ampliação do acesso da população à atenção ambulatorial especializada e hospitalar e aos medicamentos e insumos estratégicos

Redistribuição dos recursos para as ações de atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, no intuito de diminuir as diferenças regionais e atendendo ao princípio da equidade, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



*Comparação entre o teto anual 2002 – Base dez/02, com a inclusão dos procedimentos custeados pelo Fundo de Ações Estratégicas e de Compensação (FAEC) – com o teto anual 2003 – base set/03, incluído FAEC + Impacto Consultas + Aumento CIT

Transferência “Fundo a Fundo” de R\$6,5 bilhões aos estados e municípios para o custeio da atenção ambulatorial especializada e hospitalar, no período de janeiro a outubro de 2003, significando um acréscimo de 25% em relação aos recursos repassados nesta mesma modalidade e período em 2002.

Lançamento da campanha de massa, em 18 de novembro de 2003, para conscientização dos profissionais de saúde e de toda a sociedade sobre a importância da doação de órgãos e tecidos.

Incremento de 104 novas equipes no Sistema Nacional de Transplante, totalizando agora 1.056. Aumento de 62 estabelecimentos credenciados nesse Sistema, totalizando 465.



Redução das filas para cirurgias eletivas – próstata, varizes, catarata – e tratamento da retinopatia diabética. Foram realizadas, com o apoio dos mutirões, 98.911 cirurgias de varizes, 36.990 cirurgias de próstata, 317.579 cirurgias de catarata e 96.837 fotocoagulações a laser.

Realização de 526.681 procedimentos de radioterapia/mês e de 107.881 procedimentos de quimioterapia/mês, representando um incremento de 15% e de 22,4%, respectivamente, em relação à média mensal registrada no ano anterior.

Incorporação, pela rede pública, do reajuste das consultas médicas especializadas, concedido, em 2002, apenas à rede privada cadastrada no SUS. Foram despendidos pelo Ministério da Saúde R\$419 milhões, possibilitando a realização, pela rede cadastrada no SUS, de 84,7 milhões de consultas especializadas no ano de 2003.

Gastos da ordem de R\$972 milhões – no período de janeiro a dezembro de 2003 – para a realização de 8,2 milhões de procedimentos de terapia renal substitutiva na rede do SUS, incremento de 21% e 15%, respectivamente, quando comparado ao mesmo período em 2002, alcançando 96% dos portadores de problemas renais. Destaca-se aumento de 10,25% – sendo 5% em maio e 5,25% em novembro – no valor dos procedimentos de hemodiálise no SUS, os quais não eram reajustados desde outubro de 2001.

Atendimento projetado de 7 mil gestantes portadoras de HIV, com diagnóstico, tratamento e fornecimento de "leite fórmula infantil", representando um aumento de 18,2% em relação a 2002 (5.923).

Atendimento de 86 mil pessoas nos serviços assistenciais de HIV/Aids (hospital-dia, serviço de ambulatório especial e assistência domiciliar terapêutica). Em 2002, foram atendidas 75 mil pessoas, significando um acréscimo de 14,7%.

Distribuição de anti-retrovirais para 15 mil novos pacientes portadores de HIV, no ano de 2003, estando em tratamento mais de 140 mil pacientes. Em 2002, foram tratados 125 mil pacientes, o que representa um aumento de 12%.

Ampliação da distribuição de preservativos, passando de 148 milhões, em 2002, para 309,9 milhões, em 2003, correspondendo a um aumento de 109%.

Investimento de R\$14 milhões, sendo 90% pelo Governo Federal e 10% pelo governo do Acre, para instalação de fábrica de preservativos masculinos de látex em Xapuri.



Aquisição e distribuição de 16,4 milhões de doses de vacina contra a influenza, com a aplicação de recursos correspondentes a R\$78,1 milhões, o que possibilitou a ampliação da cobertura vacinal de idosos de 74,1%, em 2002, para 82%, em 2003.

Incremento de 4,8 milhões de doses de vacina contra pneumococo, difteria, tétano e febre amarela, tendo sido aplicados recursos da ordem de R\$14,2 milhões para sua aquisição.

c) Atendimento às necessidades de grupos estratégicos

Lançamento do programa De volta para Casa, que consiste em um conjunto de medidas para a ressocialização dos portadores de transtornos mentais egressos de longa internação em hospitais psiquiátricos, entre as quais o auxílio reabilitação psicossocial (benefício mensal de R\$240,00 *per capita*). Para tanto, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 10.708/03, de iniciativa do Presidente da República. O referido programa foi operacionalizado a partir de dezembro de 2003, beneficiando inicialmente 206 pacientes dos 1.700 inicialmente programados.

Repasse de R\$12 milhões a estados e municípios para consolidação da rede extra-hospitalar de atenção psiquiátrica (CAPS) e redução de leitos em manicômios. O número de procedimentos ambulatoriais na área da atenção psicossocial passou de 154.495 procedimentos/mês, em 2002, para 274.478, em 2003, o que representa um incremento de 77,6%.

Expansão do Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento, com a adesão de mais 298 municípios, totalizando 4.284, e com a reativação da Comissão Nacional de Morte Materna e implantação de notificação compulsória da morte materna.

Realização, até dezembro de 2003, de 9,9 milhões de exames para a prevenção e detecção do câncer cérvico-uterino, intensificando as ações na área de atenção à saúde da mulher.

Realização de 171.966 exames de mamografia/mês, significando um incremento de 13% em relação à média mensal registrada no ano anterior.

d) Reorganização da rede de serviços de atenção à saúde no SUS

Lançamento da Política Nacional de Atenção às Urgências e dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com a instituição do componente hospitalar móvel em municípios de



todas regiões do País. Na primeira etapa, estão sendo adquiridas 650 unidades de suporte básico e 150 unidades de suporte avançado.

Ampliação da oferta de mais 1.142 leitos de terapia intensiva na rede do SUS, de junho a novembro de 2003, implicando incremento de R\$42,8 milhões/ano, relativo ao repasse de recursos financeiros federais para o custeio das internações desta natureza. Em maio de 2003, a rede SUS dispunha de 14.036 leitos de UTI. Com os novos credenciamentos, foi possível reduzir em um terço o déficit que há nessa área, passando essa rede a dispor de 15.178 leitos de UTI.

Definição de política para hospitais de pequeno porte para atendimento integrado entre os diferentes níveis de atenção à saúde e para os hospitais universitários e de ensino, com a destinação de R\$100 milhões – sendo R\$50 milhões do MS e R\$50 milhões do MEC – para modernizar a gestão dos hospitais universitários e promover uma maior inserção destes hospitais no SUS.

Cadastramento de 60 centros de referência em saúde do trabalhador para atuar na vigilância do ambiente e acidentes do trabalho, no diagnóstico precoce das doenças ocupacionais e na reabilitação.

No âmbito da inspeção dos ambientes e condições de trabalho, até outubro de 2003, 113 mil inspeções foram realizadas, configurando um acréscimo de 9% em relação ao ano de 2002.

Organização de 83 serviços de atendimento à mulher vítima de violência.

Ampliação de novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) – em 25% –, atingindo 500 unidades em 2003. O valor mensal despendido pelo Ministério da Saúde para o atendimento ambulatorial nessa área passou de R\$3,0 milhões, em 2002, para R\$4,6 milhões, em 2003, representando um incremento de 53,2%.

Credenciamento de mais dois Centros de Referência Nacional em Hanseníase (Centro de Saúde D. Libânia/CE e Faculdade de Medicina da USP/Ribeirão Preto/SP).

Implantação de mais seis Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON).

Acreditação, em 2003, de 33 Hospitais Amigos da Criança, significando um acréscimo de cerca de 12% na oferta de hospitais nesta categoria, em relação à situação em 2002.



e) Combate às epidemias e endemias (dengue, malária, tuberculose, hanseníase e outras)

Redução em 62% dos casos de dengue no País, quando comparado ao ano de 2002. Destaca-se, em relação à febre hemorrágica, a redução em 69% dos casos e de 63% dos óbitos.

Instituição do Comitê Nacional de Mobilização Social Contra a Dengue e realização da Campanha Dia Nacional de Mobilização Contra a Dengue (Dia D).

Contratação de 8 mil agentes de campo (mata-mosquito), em 525 municípios, e distribuição a todas as unidades federadas e DF de 1,1 milhão de tampas e 3,0 milhões de capas para vedação de caixas d'água.

Redução de 8,1% no registro de casos de malária, sendo 21,8% de malária falciparum, em relação ao mesmo período de 2002.

Realização de Campanha Nacional de Sinais e Sintomas de Hanseníase e elaboração de campanha educativa no âmbito nacional para TV e rádio, visando à prevenção e controle da tuberculose, bem como garantia dos medicamentos específicos, imunobiológicos e anti-reacionais para todos os pacientes em tratamento de hanseníase no País e para os pacientes em tratamento de tuberculose, incluindo os multidrogarresistentes. Foram repassados R\$11,7 milhões para prevenção e controle da tuberculose aos municípios prioritários.

Adoção das providências preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com disseminação de informação atualizada sobre a ocorrência da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), orientação para o preparo e resposta frente à pandemia e credenciamento de 46 hospitais, dos quais 34 receberam apoio financeiro no valor de R\$100.000,00 para cada unidade.

f) Saneamento básico em saúde

Aporte de recursos financeiros a estados e municípios no montante de R\$845,8 milhões para obras de saneamento básico, beneficiando 158.242 famílias; reforma de área física e aquisição de equipamentos de controle da qualidade da água em diferentes estados; e manutenção de 657 sistemas de abastecimento de água e 296 módulos sanitários instalados em aldeias indígenas.



g) Vigilância sanitária

Criação de fator de incentivo gradual para habilitação de municípios ao Termo de Ajuste e Metas na área da vigilância sanitária.

Criação da Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (CMED), que implementa e coordena atividade econômica relativa a regulação do mercado de medicamentos.

Cancelamento da autorização de funcionamento e dos registros de todos os produtos do fabricante do medicamento Celobar e suspensão da propaganda de medicamentos ou tratamentos relacionados à dificuldade de ereção e desempenho sexual.

Implantação do Sistema de Informação em Serviços de Saúde na rede hospitalar, para estudo da infecção hospitalar e implementação do Projeto Hospitais Sentinelas para notificar eventos adversos e queixas técnicas.

Implementação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA).

Implementação do Sistema de Gerenciamento de Produtos Controlados.

Estruturação do Plano Nacional de Prevenção e Combate à Falsificação de Medicamentos.

Implementação do projeto de monitoramento de propaganda e publicidade de medicamentos e produtos para a saúde.

A Saúde em 2004

O Ministério da Saúde, em 2004, dará continuidade às medidas relacionadas à Saúde para a Família Brasileira e à necessidade de enfrentar os problemas identificados pelos gestores estaduais e municipais, bem como pelos participantes dos fóruns de controle social, todos debatidos nas instâncias intergestores de pactuação e no Conselho Nacional de Saúde.

Essas medidas estão agrupadas em 13 linhas de ação voltadas para a ampliação do acesso, promoção da qualidade e da humanização dos serviços e à distribuição dos recursos mais equitativa, respeitando as diversidades regionais.



A prioridade este ano será a busca de maior qualidade na atenção à saúde. É necessário que ao mesmo tempo o Ministério da Saúde, estados e municípios selem um pacto voltado para a qualidade e a humanização do atendimento. Reduzir filas, aumentar a capacidade de resposta de cada unidade de saúde, elevar a satisfação dos usuários com os serviços são algumas das tarefas inadiáveis para o SUS. As principais metas a ser alcançadas em 2004 são:

- Ampliação para 23 mil equipes de saúde da família, além da ampliação da estratégia de saúde da família em 4.323 municípios e expansão do número de equipes de saúde da família em todos os municípios com população acima de 100 mil habitantes (Projeto de Expansão do PSF/Proesf);
- Ampliação para 9 mil equipes de saúde bucal e implantação de cerca de 350 centros de especialidades odontológicas e laboratórios de próteses; implantação de sistemas de fluoretação para, aproximadamente, 621 estações de tratamento de água, visando à prevenção da cárie dentária; distribuição de 1,9 milhão de *kits* de higiene oral para mais de 470 mil alunos da rede pública do ensino básico, em parceria com o Ministério da Educação;
- Adequação de 14 mil unidades de prevenção e detecção precoce de doenças crônico-degenerativas; implantação de dois novos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACONS);
- Estruturação de 1.899 unidades de atenção especializada e instalação de modalidades alternativas à atenção hospitalar (internação hospitalar/hospital em casa);
- Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes e realização de 13,3 mil transplantes;
- Atenção à saúde de mais de 14 mil pessoas residentes em áreas ribeirinhas da Região Amazônica, em cooperação com a Marinha;
- Estruturação de 110 serviços de atenção às urgências e emergências por violências e causas externas;
- Atenção à saúde mental de cerca de 352 mil pessoas e atendimento de 2.600 pacientes com o auxílio-reabilitação psicossocial (De volta para casa); implementação e adequação



de 420 serviços extra-hospitalares para portadores de transtornos mentais e decorrentes do uso de álcool e outras drogas;

- Estruturação de 273 unidades de saúde para atendimento à população indígena; promoção da segurança alimentar e nutricional de 411,6 mil indígenas; capacitação de 6 mil profissionais para a atenção à saúde desta população; ampliação das ações de saneamento básico em aldeias indígenas, com a cobertura de 877 destas comunidades; e implantação de sistema de informação em saúde indígena;
- Atendimento de 200 mil pessoas com HIV/Aids e outras DST, de 161 mil pessoas com medicamentos para tratamento dos pacientes e de 400 mil pessoas com ações de promoção da saúde e de práticas seguras de prevenção; e habilitação de 439 municípios/estados para o recebimento do incentivo financeiro destinado à prevenção e controle da Aids/DST;
- Implementação de 19 projetos de fomento à produção farmacêutica e insumos estratégicos; estruturação de 27 serviços de assistência farmacêutica; instalação de 50 farmácias populares; atendimento a cerca de 213 mil pacientes com medicamentos excepcionais e produção de 1,1 bilhão de unidades farmacêuticas e de 93,5 milhões de doses de imunobiológicos; adequação de 10 laboratórios públicos de produção de imunobiológicos e da rede de frio;
- Atendimento de municípios com até 30 mil habitantes com ações de saneamento ambiental, beneficiando cerca de 140 mil famílias com tratamento de água, 33 mil famílias com tratamento de esgoto e 40 mil famílias com melhorias sanitárias domiciliares; de 48 mil famílias com ações de drenagem urbana visando ao controle da malária; de 6 mil famílias com melhorias habitacionais visando ao controle da Doença de Chagas; e de 141 mil famílias com ações no âmbito de resíduos sólidos urbanos (o MS poderá executar ações em municípios maiores, caso haja surtos de dengue);
- Promoção de hábitos e de alimentação saudáveis para prevenção das obesidades e das doenças não-transmissíveis; prevenção e controle das carências nutricionais, com atendimento de 6 milhões de pessoas com micronutrientes; monitoramento da situação nutricional em 556 municípios; e realização de 25 pesquisas com enfoque na recuperação nutricional e na alimentação saudável.



- Atendimento de 7,6 mil pacientes portadores de coagulopatias e de 10 mil de hemoglobinopatias; capacitação de 500 profissionais em serviços de hemoterapia e certificação da qualidade de 930 serviços; implementação da Rede Nacional de Informações em Sangue e Hemoderivados; e início da implantação da fábrica de fracionamento do plasma;
- Incentivo financeiro a estados/municípios com mais de 50 mil habitantes para o desenvolvimento de ações de média e alta complexidade em vigilância sanitária e aos municípios habilitados à parte variável do Piso da Atenção Básica (PAB) para ações de vigilância sanitária;
- Atendimento a 6 milhões de reclamações pela Ouvidoria Nacional de Saúde; divulgação de experiências inovadoras de controle e participação social em saúde; e realização de 12 pesquisas para a aferição do nível de satisfação do usuário do SUS e de estudos sobre gestão participativa, intersetorialidade e reforma sanitária;
- Funcionamento da Mesa Nacional de Negociação do SUS e implantação de 17 observatórios de recursos humanos em saúde; capacitação de 243 mil profissionais de nível técnico e de 85,6 mil agentes de controle social; apoio a 57 escolas/centros formadores, pós-graduação de 33 mil profissionais e capacitação à distância de mil profissionais e de 10 mil pessoas nos princípios da educação popular em saúde.

Democratização, transparência e inovação da gestão

Outro grande desafio, em 2004, será o de elevar os níveis de eficiência dos gastos públicos em saúde, no Brasil. A intenção é reduzir ao máximo os desperdícios, qualificar o controle sobre a descentralização de recursos – incluindo o controle social. A ênfase deve recair no incremento do monitoramento, avaliação e controle dos recursos do SUS, por meio da estruturação do Sistema Nacional de Auditoria, e a criação de mecanismos de acompanhamento dos gastos, elevando o rigor das sanções na existência de desvios comprovados. Outro passo é a qualificação da gestão e do processo de regionalização no SUS, capacitando os gestores públicos e agregando técnicas de gerenciamento inovadoras.

De outra parte, deveremos ter como prioridade a consolidação do arcabouço legal do SUS, com a regulamentação de Emenda Constitucional nº 29, assegurando as responsabilidades de cada ente da Federação com o financiamento da saúde.



Outra ação importante diz respeito ao Sistema de Saúde Suplementar, voltada ao aprimoramento do processo de regulação, que compreende a efetivação do ressarcimento dos atendimentos realizados pelo SUS aos clientes de operadoras.

O conjunto de ações dirigidas aos trabalhadores da saúde é outro foco de atenção fundamental, no qual as nossas prioridades são aquelas destinadas à desprecarização das relações de trabalho e à permanente capacitação das pessoas que operam o sistema de saúde, abrangendo todos os setores e categorias profissionais.

Por último, cabe destacar a aprovação, em 2004, do Plano Nacional de Saúde, pautado na política de saúde, decorrente das diretrizes emanadas da 12ª Conferência Nacional de Saúde. O processo de construção em curso tem como princípio uma escuta forte e uma ampla mobilização dos gestores do SUS, dos profissionais de saúde e de representantes da sociedade civil organizada.

Internamente, o Ministério da Saúde deve consolidar a reformulação da sua estrutura, que agregou a gerência da atenção básica àquelas relativas aos demais níveis da assistência, de modo a promover a integralidade do atendimento. Deve, igualmente, conferir atenção especial às ações de vigilância em saúde, reunir toda a área de insumos (como medicamentos, sangue e hemoderivados.), além de criar a Secretaria de Gestão Participativa.

Nesse âmbito está previsto o pleno funcionamento da Comissão Intergestores Tripartite, caracterizada pelo modo democrático de fazer gestão, incluindo-se aí um debate sobre as desigualdades e as especificidades regionais, demandando formas diversas de pactuação e de alocação de recursos financeiros de modo diferenciado, como a instalação de novos leitos de UTI e a revisão dos tetos financeiros dos estados.

4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) atende hoje a quase 810 mil crianças e adolescentes que se encontravam em situação de trabalho; esse atendimento representa 21,3% do universo contabilizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 1995), que indicou 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 12 e 14 anos inseridas no mercado de trabalho. Foram retiradas 13 mil crianças do serviço doméstico em mais de mil municípios, desvendando uma forma de exploração de difícil combate e caracterização.



As ações são coordenadas pelos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPAS) existentes nas 27 Delegacias Regionais do Trabalho. Além da função de fiscalização, afastando as crianças dos ambientes de trabalho e buscando regularização da situação do trabalhador adolescente, esses grupos também são responsáveis pela articulação e estabelecimento de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais para o empreendimento de ações educativas, sensibilização da sociedade e divulgação da legislação sobre o tema. Os Gectipas encaminham dados e informações para a concessão da Bolsa Criança Cidadã, no âmbito do Peti, além de outros programas de transferência de renda que existam na localidade.

Além disso, as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) estão atualizando o mapa de indicativos do trabalho infantil, acrescentando, como novidade, informações sobre a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, bem como dados sobre narcotráfico e narcoplantio.

A Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) elaborou o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Infantil após discussão com a sociedade civil e outras instituições governamentais. A fiscalização, coordenada pelos Gectipas nos estados, alcançou em 2003 o total de 114.739 crianças e adolescentes na faixa etária até 18 anos (setor formal e informal), sendo exigido o imediato afastamento daqueles com idade inferior a 16 anos ou trabalhando em condições prejudiciais à saúde. Com relação aos aprendizes, foram regularizados, no mesmo período, 48.882 adolescentes na faixa etária de 14 a 18 anos. Para 2004, está prevista a atualização do mapa indicativo do trabalho infantil, com previsão de publicação no primeiro trimestre de 2004.

b) Atenção à criança de zero a seis anos

O programa tem como objetivo assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou alternativas comunitárias, com meta física estimada de 1,6 milhão de atendimentos por mês.

Outra importante ação se refere ao pagamento dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) a quase um milhão de pessoas portadoras de deficiência. O pagamento desse benefício, cujo número de beneficiários cresce a uma taxa de cerca de 11% ao ano, gera um efeito positivo do ponto de vista da redistribuição de renda regional, em especial nos estados e municípios de baixa capacidade financeira.



c) Brasil Jovem

O governo está empenhado em dar continuidade à atenção e proteção ao jovem em situação de vulnerabilidade social por meio de um maior comprometimento nas ações de caráter socioassistencial e cultural. O programa demonstra a preocupação do governo brasileiro com a problemática que afeta os jovens mais pobres e vulneráveis e atende a 55 mil jovens por mês.

d) Programa Sentinela

O programa destina-se a desenvolver ações de atendimento às crianças, aos adolescentes e famílias vitimadas pela violência, com ênfase nas situações de abuso e exploração sexual comercial; está sendo objeto de uma reavaliação de impacto, objetivando redesenho, buscando a centralidade na família, a repactuação e a explicitação da responsabilidade das três esferas de poder no seu co-financiamento. Este programa já está presente em 315 municípios de 26 estados da Federação, com previsão de atender a 25.790 crianças e adolescentes/mês, sendo que a média ponderada de atendimento mensal, até outubro de 2003, foi de 17.870 crianças e adolescentes.

e) Atenção a pessoa com deficiência

Com a finalidade de assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas com deficiência este programa atende a cerca de 150 mil pessoas. Uma importante ação é o pagamento dos Benefícios de Prestação Continuada (BPC) a quase um milhão de pessoas com deficiência, gerando um efeito positivo do ponto de vista da redistribuição da renda regional.

f) Atenção ao Idoso

A aprovação pelo Congresso Nacional e a sanção do Estatuto do Idoso pelo Presidente da República atenderam à antiga reivindicação de reunir em um só diploma legal a garantia de direitos da pessoa idosa na área de saúde, previdência social, trabalho, assistência social, educação, justiça, direitos humanos, habitação e transporte. O estatuto proporciona melhorias reais na situação do idoso, reduzindo de 67 para 65 anos a idade para recebimento do benefício assistencial previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).



Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PAIF) é um instrumento de efetivação da assistência social como política pública garantidora de direitos e promotora de desenvolvimento social. Atua no sentido de prevenir e superar desigualdades e exclusão social, considerando a família como núcleo de atenção.

O Paif pressupõe o compromisso dos três entes federados na articulação das ações assistenciais e intersetoriais de atendimento às múltiplas necessidades dos diversos membros das famílias, contribuindo para a criação de um sistema único de assistência social. Dessa forma, serão implementados nos municípios centros de referência da assistência social – as Casas da Família. Também serão ampliadas e qualificadas as redes locais socioassistenciais, de acordo com as necessidades dos usuários.

Nas Casas funcionarão unidades descentralizadas da assistência social municipal voltadas para o atendimento à população destinatária, e tendo como base territorial as comunidades onde há maior concentração de famílias vulneráveis.

O Centro de Referência Casa da Família articulará em rede um conjunto de programas, projetos, serviços, inclusive pertencentes a outras políticas básicas, dedicados ao atendimento dos diversos membros das famílias: crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiências.

Essa estrutura operacional é financiada pelo apoio do Governo Federal a projetos técnicos municipais que se enquadrem em uma ou mais das seguintes condições: adequação e potencialização de centros de referência já existentes e mantidos com recursos públicos (do Governo Federal, dos estados e dos municípios); implantação em localidades com concentração de população em situação de risco social; e implantação em municípios selecionados pelo programa Fome Zero e Bolsa Família.

Os recursos disponibilizados pelo Paif financiarão também novos programas, projetos e serviços necessários ao atendimento demandado pelas famílias, servirão à ampliação de metas de serviços já existentes e garantirão a reorganização dos serviços socioassistenciais, de acordo com a demanda identificada pelos municípios.

O Paif conta com um orçamento de R\$80 milhões para 2004. Já foram estabelecidos convênios com 402 municípios em 2003, para implantação de 496 Casas da Família. Até junho de 2004,



serão instalados mais 379 novos centros e até dezembro mais 759 Casas da Família, perfazendo 1.234 em funcionamento, com atendimento previsto para 370.200 famílias, num total de 1.851.000 beneficiários. Até 2007, espera-se atingir a meta de atender, em articulação com as redes de assistência social, nas Casas, seis milhões de famílias brasileiras qualificadas como em situação de extrema pobreza e exclusão social.

Com a implementação do Paif, os programas já existentes no Ministério da Assistência Social (MAS) terão as seguintes alterações:

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

- Ampliação da faixa etária, beneficiando crianças e adolescentes entre cinco e 16 anos;
- Remanejamento de metas, beneficiando municípios que apresentam demandas não atendidas;
- Repasse de recursos do Governo Federal de acordo com projetos municipais de erradicação do trabalho infantil, elaborados com base em diagnósticos apontando as demandas locais;
- Repasse de recursos aos estados para que executem projetos de capacitação, monitoramento e avaliação das ações.

Programa de Enfrentamento da Violência Sexual (SENTINELA)

- Organização das redes de atenção, com definição de competências e atribuições;
- Atendimento aos familiares das crianças e adolescentes submetidos à violência;
- Implantação de sistemas integrados de notificação;
- Instalação de serviços de retaguarda: abrigos, família substituta e família acolhedora;
- Mapeamento dos locais onde se encontram crianças e adolescentes em situação de violência sexual;



- Abordagem educativa, nas ruas, das crianças e adolescentes em situação de violência sexual;
- Articulação com outros ministérios para enfrentamento da violência sexual.

Serviços de Ação Continuada (REDE SAC)

- Implantação de novas modalidades de atendimento para crianças de zero a seis anos, incluindo atendimento em casa-lar, família substituta, centros comunitários socioeducativos e outros;
- Implantação de novas modalidades de atendimento para portadores de deficiência, incluindo centro-dia, casa-lar, reabilitação na comunidade, atendimento domiciliar, residência com família acolhedora e abrigos para pequenos grupos;
- Desenvolvimento de projeto de habitação adaptado para pessoas portadoras de deficiência, em parceria com o Ministério das Cidades;
- Desenvolvimento de projeto de universalização na área de telecomunicação para portadores, em parceria com o Ministério das Comunicações.

Atenção à Pessoa Idosa

- Implementação das novas modalidades de atendimento à pessoa idosa: repúblicas, centros-dia, casa-lar, vila residencial, atendimento domiciliar;
- Revitalização, modernização e adequação da rede existente;
- Capacitação de recursos humanos para atendimento direto à pessoa idosa;
- Realização da 1ª Conferência Nacional do Idoso para revisão da política nacional, após 10 anos de sua promulgação;
- Elaboração e implantação do Programa Nacional de Cuidadores de Idosos.



Programa para a Juventude

- Ampliação da faixa etária, passando a beneficiar jovens entre 14 e 24 anos;
- Ampliação do atendimento de jovens na faixa etária de 14 a 18 anos no Sistema de Aprendizado Profissional, em parcerias com o Sistema S (Sesi, Senac, etc.) e com o Ministério do Trabalho e Emprego;
- Inclusão dos jovens atendidos por programas da assistência social no programa Primeiro Emprego, do MTE.

Em 2004, serão também desenvolvidas as seguintes ações:

- Financiamento de programas estaduais e municipais de atendimento a adultos em situação de rua e migrantes, que tenham como objetivo reintegrá-los à vida familiar e comunitária e que favoreçam a reabilitação de sua capacidade produtiva;
- Financiamento e co-financiamento de programas e projetos de capacitação profissional e de geração de renda, adaptados ao segmento da população que apresenta limitações que dificultam sua inserção em cursos convencionais de qualificação profissional, no mercado de trabalho e em propostas associativas;
- Financiamento e co-financiamento de programas e projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, que tenham como objetivo reintegrá-los à vida familiar e comunitária e garantir o atendimento psicossocial de suas famílias nos centros de referência (Casa da Família).

5. POLÍTICAS AFIRMATIVAS

IGUALDADE DE GÊNERO: CONDIÇÃO PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

As metas executadas pelo governo em 2003, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) da Presidência da República, visam a construir relações igualitárias entre mulheres e homens em nosso País e estão alicerçadas em dados expressivos das desigualdades ainda existentes. Sendo assim, a Política de Transversalidade de Gênero busca romper com o modelo tradicional que coloca o referente masculino no centro das práticas político-sociais. Uma estratégia inovadora que significa uma ruptura na forma de pensar e elaborar as políticas,



e que está sendo implementada mediante um processo permanente de sensibilização e diálogo com os diferentes órgãos do Governo Federal e com a sociedade.

Cabe destacar que importantes ações já incorporaram a perspectiva de gênero, destacando-se o Cartão Alimentação do Programa Fome Zero, preferencialmente destinado às mulheres responsáveis pela família, critério ampliado para o Programa Bolsa-Família. Da mesma forma, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) abriu um espaço privilegiado para as trabalhadoras rurais, viabilizando crédito, por meio do Pronaf Mulher, além da definição de que a titularidade da terra deve ser em nome do homem e da mulher. Também devem ser assinaladas a Campanha do Registro Civil e o Programa de Alfabetização.

Várias ações afirmativas foram realizadas pelo governo em 2003:

- a) Pela primeira vez, o Brasil fez apresentação oral do Relatório Nacional sobre a Situação da Mulher no Brasil junto ao Comitê da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, demonstração inequívoca da determinação do Governo Federal de colocar o combate a todas as formas de discriminação contra as mulheres como tema central de sua agenda;
- b) Reunião Técnica da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU), no Brasil, com especialistas de 14 países que debateram o tema “O papel dos homens e dos meninos para alcançar a igualdade de gênero” e produziram recomendações aos governos para a construção da igualdade;
- c) Convênio com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL/ONU), para implementação do projeto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero, tendo como objetivo a elaboração de um diagnóstico sobre a pobreza numa perspectiva de gênero;
- d) Promoção dos Diálogos de Concertação – Ações Concertadas para a Construção da Igualdade na Diversidade, e do Fórum Erradicação da Pobreza, Geração de Emprego e Igualdade de Gênero e Raça: Experiências Internacionais, articulando ações afirmativas em gênero e raça, nos três níveis de governo e sociedade civil;
- e) Realização de audiências públicas temáticas sobre: direitos sexuais e direitos reprodutivos com ênfase no planejamento familiar; mulher, política e poder no Brasil; mulher, paz e solidariedade; gênero e raça na construção de novas práticas pedagógicas, entre outras;



- f) Ampliação do diálogo com a bancada feminina do Congresso Nacional, resultando no aprimoramento dos direitos da mulher. A exemplo das leis sancionadas: nº 10.714, de 13/8/2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a receber denúncias de violência contra a mulher; nº 10.745, de 9/10/2003, que institui 2004 como o Ano da Mulher; e nº 10.778, de 24/11/2003, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

O ano de 2004 – Ano da Mulher no Brasil – será de grande significado para as mulheres brasileiras. O governo reafirma seu compromisso com a igualdade de gênero, pela ampliação dos programas com recorte de gênero no Plano Plurianual 2004-2007. A SEPM, além de reformular e aprofundar o programa existente de Combate à Violência contra as Mulheres, definiu outros dois programas: Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho e Gestão da Política de Gênero.

No Programa de Combate à Violência contra as Mulheres destaca-se o apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência e o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico que trata da violência contra as mulheres, a partir da apreciação da legislação existente sobre violência doméstica e sexual. Esta ação envolve o Congresso Nacional, a bancada feminina, os poderes constituídos e as entidades não-governamentais que atuam em questões de gênero. Espera-se como resultado a efetivação de lei sobre os crimes de violência doméstica e sexual.

Já no programa Igualdade de Gênero nas Relações de Trabalho, a ação Capacitação de Mulheres Gestoras no Setor Produtivo rural e urbano tem como meta treinar 2.700 trabalhadoras rurais e urbanas, buscando, dessa forma, garantir sua inclusão no mundo do trabalho, com acesso, ascensão, salários e demais direitos trabalhistas, em condições de igualdade com os homens.

O programa Gestão da Política de Gênero – Pacto Federativo pelos Direitos das Mulheres – tem como objetivo coordenar o planejamento, a formulação, a avaliação e o controle das ações para a igualdade de gênero. Isto se dará a partir da integração com órgãos das diferentes esferas governamentais (federal, estaduais e municipais), conselhos dos Direitos da Mulher, coordenadorias, secretarias da mulher, visando à inserção da perspectiva de gênero em programas, projetos e atividades.



Em junho de 2004 será realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero. A Conferência Nacional tem como objetivo ampliar o diálogo entre governos e sociedade e propor diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Governo Federal demonstrou sua preocupação em atuar de forma decisiva para a promoção da igualdade racial no Brasil, criando uma secretaria ligada à Presidência da República com a missão de coordenar a formulação e a implementação de políticas voltadas à promoção da igualdade racial.

Juntamente com a Seppir foi instituído o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, como instrumento de participação de entidades da sociedade civil organizada na definição das políticas do setor a ser implementadas pelo Governo Federal.

O Governo Federal editou, em 20 de novembro de 2003, o Decreto nº 4.887, que regulamenta o procedimento para a regularização das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos. A inclusão de ação específica no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 e o envolvimento de diversos órgãos governamentais garantirão, ao longo desse período, a regularização das terras, permitindo que as comunidades quilombolas finalmente obtenham os títulos de propriedade, conforme prevê o art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal. Desenvolveram-se ainda iniciativas para superar a pobreza dessas populações, com atendimento a demandas estruturais e emergenciais, como o projeto Juventude Quilombola, que tem por fim ampliar os horizontes. Essas ações são promovidas em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Petrobras.

Também em novembro de 2003, foi lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que prevê diversos procedimentos afirmativos para combater a discriminação e a desigualdade racial. Destaca-se o incentivo à incorporação da população afro-brasileira no mercado de trabalho, dando prioridade aos jovens negros no programa Primeiro Emprego e promovendo sua capacitação em parceria com a iniciativa privada.

Destacam-se também programas para a inclusão educacional dos afro-brasileiros, como Diversidade na Universidade, além da criação de grupo de trabalho para definição de uma política de cotas nas universidades. Os resultados desse grupo de trabalho possibilitarão a implementação desse programa já em 2004.

Outra linha importante no primeiro ano de governo foi a produção de conhecimento que orientasse as políticas de promoção à igualdade racial. Estão em desenvolvimento estudos sobre



o Índice de Desenvolvimento Humano da População Negra, com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A proposta de monitoramento e avaliação de políticas de promoção à igualdade racial, por meio de convênio com a Fundação Ford, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Unesco, bem como a retomada do censo racial dos servidores públicos são outras ações relevantes.

No ano de 2003 foram realizadas campanhas educativas. Uma delas foi a Ação Afirmativa – Atitude Positiva, em parceria com o Centro de Articulação das Populações. Foram firmados convênios para a produção de programas de televisão sobre a questão racial no Brasil com o Centro Brasileiro de Informação e Documentário do Artista Negro, a TV Globo e a Fundação Roberto Marinho.

A mudança de postura dos que lidam com a população negra foi uma prioridade enfatizada na formação de gestores públicos. Em função disso, foram assinados convênios para capacitação de gestores em projetos que visam a promover a igualdade racial. Salvador, Porto Alegre, os municípios do ABC Paulista, 101 municípios do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri (MG, BA e ES), além de todo o estado de Alagoas, foram os primeiros a deflagrar esse processo.

No âmbito da cooperação internacional, o Governo Federal tem realizado amplo trabalho em torno das questões de promoção da igualdade racial, especialmente com países da África.

Dadas as suas características de luta e resistência, ao lado de sua importância cultural, as comunidades remanescentes de quilombos são prioridade em 2004. Serão implementadas ações com vistas à criação de alternativas de desenvolvimento sustentável; desenvolvidos projetos de apoio sociocultural a crianças, adolescentes e mulheres quilombolas; e lançadas ações de apoio à implantação de infra-estrutura para a população. Essas iniciativas têm por finalidade melhorar a qualidade de vida de 60 mil pessoas em 150 comunidades quilombolas somente neste ano. Será efetuado o Censo Quilombola, que permitirá ao Governo Federal planejar melhor sua intervenção nesta área, a partir de um conhecimento mais preciso da realidade.

Com o objetivo de tornar a discussão da temática racial parte do exercício de cidadania de todos os brasileiros, a Seppir levará a questão da promoção da igualdade racial para dentro das escolas de ensino médio e fundamental neste ano de 2004. Serão apoiados e premiados projetos de experiências inovadoras, tendo como alvo milhares de estudantes da rede pública de ensino. Além disso, serão intensificados os debates sobre Ações Afirmativas nas Universidades brasileiras.



Como uma das formas de reverter o atual quadro de exclusão socioeconômica dos negros e negras brasileiros buscar-se-á disseminar a cultura do empreendedorismo junto a esse público, objetivando a formação de nichos de mercado e a organização de empresas em áreas onde sua presença é significativa. Assim, espera-se um avanço, tanto na mobilidade racial quanto no aumento da oferta do trabalho digno entre os afro-brasileiros. Paralelamente, dar-se-á prosseguimento às políticas de ações afirmativas nas empresas que prestam serviços ou vendem produtos e mercadorias para o Governo Federal.

O alcance das metas estabelecidas na política nacional de igualdade racial passa pela necessidade de preparar um número cada vez maior de pessoas para entender e promover melhorias no atual padrão de relações raciais da sociedade brasileira. Nesse sentido, pretende-se capacitar 300 agentes e técnicos para atuar em políticas e medidas de saúde, com foco na população negra; 720 operadores de direito anti-racismo e lideranças do movimento negro em políticas públicas de ações afirmativas; e 240 servidores públicos federais e professores da rede pública de ensino para que incorporem e sempre considerem a vertente racial no desenvolvimento de suas atividades.

Serão realizadas audiências públicas, seminários e conferências envolvendo milhares de pessoas, com o objetivo de ampliar e sistematizar o debate em torno da questão da igualdade racial no Brasil. Em novembro deste ano, realizar-se-á em Brasília a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

POVOS INDÍGENAS

Existem hoje no Brasil, sob a responsabilidade da Funai, 615 terras indígenas, sendo que, dessas, 444 já têm definidos os seus limites, ocupando uma superfície de 99.522.993ha. Essa área corresponde a 11,68% do território nacional. A população indígena reconhecida é de aproximadamente 390 mil índios, de 215 etnias, falando cerca de 170 línguas. Existem também grupos de índios isolados que não tiveram contato algum com a sociedade e que a Funai, diferentemente do que ocorria no passado, não busca mais o seu contato físico, procurando tão somente identificar o território, para que seja demarcado e protegido.

O Governo Federal, na questão indígena, orientou as ações para a proteção de terras, gestão territorial e etnodesenvolvimento dos povos indígenas, nas quais estão sendo investidos recursos expressivos.



Foi aplicado cerca de R\$1,8 milhão, possibilitando a demarcação ou aviventação de 536.847 hectares, garantindo-se assim, para 6.016 índios de nove etnias, o direito às terras que tradicionalmente ocupam.

No que diz respeito à ação Regularização Fundiária de Terras Indígenas, foram aplicados R\$23,4 milhões para a legalização de 5.739.247 hectares. Procedeu-se à realização de 15 levantamentos em terras indígenas, o que resultou na identificação de 4.214 ocupações não-indígenas; efetivou-se o pagamento de indenizações de benfeitorias de boa fé em 31 terras indígenas, num montante de R\$15,5 milhões, implicando a remoção de 492 ocupações não-indígenas. Foi assegurado, dessa forma, o direito à posse e usufruto das terras a uma população de 3.912 índios.

Foram ainda iniciados os procedimentos técnicos para identificação de 55 terras indígenas, demarcação de oito, e foram alocados recursos de contrapartida para o pagamento de indenização de benfeitorias não-indígenas em nove locais.

Foram realizadas 357 operações de fiscalização, em parceria com Ibama e Polícia Federal. Cabe citar algumas dessas operações:

Operação Yanomami (retirada de garimpeiros) – realizada há vários anos, mas que estava interrompida, por falta de recursos, foi reiniciada no primeiro semestre de 2003, após disponibilização de recursos. Mais de 40 garimpeiros foram retirados durante o ano;

Operação Araribóia (Terra Indígena Araribóia) – para coibir a ação de madeireiros, no sudoeste do Maranhão. Encontra-se em andamento, com resultados parciais positivos. Até agora já foram retirados mais de 200 madeireiros;

Operação Alto Rio Guamá (Terra Indígena Alto Rio Guamá) – no leste paraense, concluída, com retirada total dos madeireiros invasores, cerca de 138 famílias;

Operação Alto Turiaçu (Terra Indígena Alto Turiaçu) – no Maranhão. Está em andamento, procedendo-se a processo para retirada de madeireiros. Até o momento foram afastados cerca de 400.

Operação Urubu Branco (Terra Indígena Urubu Branco) – retirada total de madeireiros e posseiros da terra dos índios Tapirapé, em Mato Grosso. Foram retiradas 133 famílias.



O atendimento às populações indígenas ocorre na área de saúde, educação, atividades produtivas, incluindo projetos de auto-sustentação e outros de cunho social, como o Fome Zero. Este tem atendido à quase totalidade da população indígena no Nordeste, impedida de plantar suas roças em função da grande estiagem que perdura na região. Para esses, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) tem firmado várias parcerias: governos estaduais, ONGs, com vistas a mitigar a situação de calamidade pública provocada pela seca, que atinge sobretudo as crianças.

Foram atendidos 4.691 índios com ações de assistência social e 5.565 indígenas com assistência jurídica. Nas ações voltadas para a educação intercultural, foram atendidos 8 mil estudantes, fora de suas aldeias, sendo que mais de 900 em universidades particulares, além de 200 professores indígenas que ingressaram no 3º grau. A Funai capacitou, para as escolas indígenas, 1.294 professores, editou e distribuiu 13 mil exemplares de livros produzidos por professores indígenas, garantiu o funcionamento de mais de 600 escolas e supervisionou 26 casas de estudantes, garantindo a assistência a 580 estudantes.

Foram, ainda em 2003, aplicados na ação Fomento às atividades produtivas em áreas indígenas recursos da ordem de R\$10 milhões, beneficiando 33.906 famílias; a maior parte deu ênfase às atividades extrativistas; beneficiamento do óleo da castanha-do-Pará; apoio à produção e comercialização; aquisição de motores de centro para embarcações destinadas ao escoamento da produção; e fortalecimento das lavouras comunitárias e familiares por aldeias (arroz, feijão e milho).

Foram aplicados aproximadamente R\$250 mil na Capacitação de indígenas e técnicos de campo para o desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis, abrangendo 286 pessoas. Os cursos em comunidades indígenas abordaram assuntos como avicultura, piscicultura, apicultura e agricultura; promoveu-se também a capacitação de lideranças indígenas nas atividades produtivas e de organização social. Realizou-se ainda treinamento em gestão ambiental e territorial; criação de abelhas sem ferrão; e sustentabilidade de recursos naturais. Relevante também destacar a formação de agentes para o cadastramento de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, tais como o Fome Zero.

Por fim, cabe ressaltar a realização dos Jogos dos Povos Indígenas, momento maior do respeito às diferenças e de promoção da diversidade cultural e étnica. O evento em Tocantins contou com a participação de mais de mil representantes de 60 diferentes etnias, espalhadas por 12 estados brasileiros. O destaque desse ano, porém, passa a ser o reconhecimento internacional do evento,



pois compareceram delegações do Canadá e da Guiana Francesa, numa celebração que, mais que um acontecimento esportivo de competição, é uma ocasião de integração e uma manifestação de amor à vida e à natureza.

Em 2004, serão investidos R\$52 milhões na regularização fundiária de terras, processo que se inicia na identificação das áreas e termina com o seu registro oficial, visando a manter a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas.

Destaca-se, nesse sentido, que o governo efetuará o reconhecimento dos direitos dos índios, traduzido na demarcação e homologação de 51 terras indígenas, identificação de 58 e delimitação de 80 terras em processo de identificação. A previsão para 2004 chega a 13,2 milhões de hectares homologados.

Há o compromisso público do Ministério da Justiça no sentido de concluir as atuais pendências fundiárias até 2006. Nesse sentido, a programação elaborada pela Funai prevê o avanço do índice de regularizações em 10% ao ano. Para 2004 estima-se que as homologações passem de 72,0% para 81,7%.

6. DIREITOS HUMANOS

a) Erradicação do trabalho escravo

O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo foi lançado em março de 2003 a partir da articulação de atores governamentais e não-governamentais. Em menos de um ano foram libertados 4.932 trabalhadores que eram mantidos em regime de escravidão e trabalho degradante, quase o dobro de todo o ano de 2002 (2.306). Após serem libertados, estes trabalhadores receberam R\$5.911.966,39 em verbas rescisórias, além da documentação para se cadastrarem no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e isto os habilitou a receber o seguro-desemprego, que passou a ser pago neste ano para os libertos.

b) Registro civil de nascimento

A cidadania integral começa pelo registro civil de nascimento. Em 1996, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontava um percentual médio de subregistro para o Brasil de 25,3%. Isso significava que aproximadamente um milhão de crianças/ano no País não possuíam a Certidão de Nascimento e Registro Civil – o primeiro documento de cidadania. O



compromisso é erradicar o subregistro nos próximos dois anos. Para alcançar esse objetivo teve início, em 25 de outubro passado, uma mobilização pelo Registro Civil de Nascimento.

c) Combate à exploração sexual de crianças e adolescentes

Uma comissão interministerial foi montada para que o enfrentamento do problema fosse feito de maneira consistente, por uma rede de agentes, e não mais por meio de programas estanques – que não permitem uma visão global do combate à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. O trabalho em conjunto resultou no aumento de casos investigados pela Polícia Federal nos estados e na formatação de uma força-tarefa dentro do Ministério Público, em cada unidade da Federação, para tratar exclusivamente dos casos de exploração sexual. O foco dos trabalhos é considerar a questão como crime organizado e, como tal, punir os responsáveis. Assim, foi colocada à disposição da população uma linha telefônica só para receber as denúncias de irregularidades.

O Disque-Denúncia possibilita a análise estrutural das instituições do Sistema de Garantias de Direitos, receptoras da reclamação. Outro fator é que, desde a sua inauguração – maio de 2003 – a novembro de 2003, foram registradas 3.904 queixas: 514 de exploração sexual comercial; 2.179 de maus-tratos e 1.211 de abuso sexual. Verifica-se, portanto, que o número de denúncias registradas em seis meses de funcionamento, só no ano passado, foi maior do que o total recebido nos cinco anos. A decisão de trazer para o governo o Disque-Denúncia reafirma a vontade política de colocar na agenda do Governo o combate ao abuso e exploração sexual.

Além destas ações, o Governo Federal lançou o guia escolar para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes. Com o guia, os professores podem detectar mudanças no comportamento de crianças vítimas de violência.

d) Adolescentes autores de ato infracional

Ainda persistem práticas institucionais que seguem o modelo correcional-repressivo, necessitando de redobrado esforço para um avanço ainda maior. Está sendo estimulada a elaboração de planos estaduais de atendimento socioeducativo, a fim de integrar as ações dentro da perspectiva de rede e do princípio da incompletude institucional, para garantia dos direitos. Já foram elaborados 13 planos estaduais.



São iniciativas importantes na área dos direitos da infância e da juventude: a prevenção à violência nas escolas; o apoio a organizações de jovens; a implantação de módulos do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência; o apoio a unidades de defesa; a ampliação da rede de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos; e o apoio a serviços de atendimento jurídico-social a crianças e adolescentes ameaçados de morte, que dá suporte ao programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, lançado pelo atual governo.

e) Assistência a vítimas e testemunhas

O programa de assistência a vítimas e testemunhas ameaçadas tem por objetivo garantir proteção especial a sobreviventes de crimes, contribuindo, dessa forma, no combate à impunidade, salvaguarda de vidas humanas, promoção e defesa dos direitos humanos. Nos termos da Lei nº 9.807/99, seus beneficiários são as testemunhas e seus familiares que se encontrem em situação de ameaça por colaborar com investigação ou processo criminal. Também se enquadram como beneficiários os depoentes especiais, as vítimas da violência urbana e técnicos dos serviços estaduais de proteção a testemunhas (PROVITA) e dos Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC). Os Provitas atenderam, em 2002, a cerca de 550 testemunhas. Desde a implantação, em 13 de julho de 1999, até hoje, mais de 1.100 pessoas já foram protegidas pelo programa, sem que nenhuma delas tenha sido morta ou sofrido algum atentado enquanto sob proteção. Atualmente mais de 650 pessoas estão sob efetiva proteção da rede.

No ano de 2003 foi assegurada a continuidade de 16 Provitas – com capacidade de atendimento de 600 beneficiários – e 11 CAVCs, que atendem anualmente a mais de 6 mil vítimas.

f) Plano Presidente Amigo da Criança e do Adolescente

Foram estabelecidos no plano os seguintes compromissos: promover vidas saudáveis; prover educação de qualidade; proteger contra abuso, exploração e violência; e combater o HIV/Aids.

Para garantir o cumprimento desses compromissos, foram identificados 16 desafios prioritários para enfrentamento no período de 2004 a 2007, por meio de um conjunto de mais 200 ações desenvolvidas por diversos ministérios. A responsabilidade pela implementação do plano será de um Comitê Gestor Interministerial criado por Decreto Presidencial de 1º de dezembro de 2003, coordenado pela SEDH.



g) Atenção à pessoa com deficiência

Com relação à política destinada à pessoa com deficiência, uma visão assistencialista deu lugar à garantia dos direitos individuais e coletivos e à inclusão social. O governo tem realizado esforços para desenhar e implementar uma política pública capaz de atender às necessidades urgentes e emergentes das pessoas com deficiência, além de construir uma política de natureza estruturante, capaz de modificar a lógica de intervenções pontuais e isoladas. Está em fase de consulta pública uma minuta do decreto que regulamentará a lei nº 10.048/00 e nº 10.098/00, que dispõem sobre o atendimento prioritário e ao acesso da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tanto, foram reunidos os órgãos setoriais co-responsáveis pela formulação e implementação do programa nacional de acessibilidade. A previsão é de que o decreto seja publicado em março de 2004, após a análise dos resultados da consulta pública.

Destacam-se ainda, em 2003, as seguintes ações: capacitação de recursos humanos para atenção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência; promoção de eventos sobre os direitos de cidadania da pessoa com deficiência e apoio a organizações não-governamentais que desenvolvem trabalho protegido para pessoa com deficiência.

h) Anistia

Visando a garantir a celeridade nos procedimentos de anistia, o Governo Federal, por meio da sua comissão de anistia, julgou 5.941 processos em 2003, o que representa um aumento de 131% em relação à soma dos julgados em 2001 e 2002, um total de apenas 2.569. Desses, 1.121 requerimentos foram deferidos no ano passado, contra uma média de 933 em 2001 e 2002, o que representa um aumento de 20% nos deferimentos.

Para o ano de 2004, serão desenvolvidas prioritariamente as seguintes ações.

1. Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes

A realização de diagnóstico das redes de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil nos estados do Norte e Nordeste; a articulação e fortalecimento das políticas públicas e das redes de proteção; a defesa e responsabilização; e a integração dos serviços de atendimento são passos fundamentais na direção do combate à violência contra a população jovem. Para isso, a construção de competência local na área política, técnica e programática, associada à participação social, estimula o protagonismo juvenil e dá a essa faixa etária mais condições de se defender das ameaças.



2. Fortalecimento do atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei

Ampliação do sistema socioeducativo em meio aberto, assim como a qualificação dos atores nele envolvidos. A meta é diminuir o número de adolescentes privados de liberdade por delitos pouco graves e consolidar um sistema socioeducativo integrado, municipalizado, regionalizado e de qualidade. Especial atenção será dada aos jovens com deficiência que, no caso de regime fechado, enfrentam grandes dificuldades. Para os adolescentes com deficiência física, o local de detenção dificilmente tem rampas e outros requisitos de acesso. Em relação àqueles com deficiência mental, na maior parte das vezes não existe um sistema separado de detenção e esses jovens são colocados junto aos demais; por isso, geralmente sofrem os mais diversos tipos de violência.

3. Erradicação do trabalho escravo

Outra prioridade é a implementação, em estreita articulação com a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), das 75 metas previstas no plano nacional para a erradicação do trabalho escravo. O plano estabelece ações e propostas legislativas. Propõe o aperfeiçoamento na estrutura administrativa da ação de polícia, melhorias na estrutura da fiscalização móvel e iniciativas de conscientização e sensibilização contra o trabalho escravo. São, portanto, ações de duas naturezas: preventivas e repressivas. Dando prosseguimento à política de evitar as reincidências de trabalho escravo, além da concessão do benefício do seguro desemprego, deverão ser implementadas iniciativas de emprego e renda nos locais de recrutamento de mão-de-obra.

4. Assistência a vítimas e testemunhas

O Programa de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas tem como macroobjetivos o combate à impunidade; a salvaguarda de vidas humanas; a promoção e a defesa dos direitos humanos, atuando em duas frentes básicas: a implementação e manutenção de Serviços de Proteção a Vítimas e a Testemunhas ameaçadas (PROVITA); e a implementação e manutenção de Centros de Apoio a Vítimas de Crimes (CAVC).

Até o final do ano o Governo Federal deverá ampliar a capacidade de atendimento para a proteção de 950 testemunhas e para assistência a 6.500 vítimas da violência. Em 2004, serão realizadas quatro oficinas, para 280 operadores do sistema nacional, e formalização de convênios para a implantação de mais um Provita e mais quatro CAVCs.



5. Disque Direitos Humanos

O Disque Direitos Humanos será um instrumento de informação, orientação e encaminhamento de denúncias relativas a direitos humanos, canal rápido de acesso ao Estado, que deve primar pela resposta rápida e solução prática para as queixas apresentadas. Em 2004, será definida a estrutura de funcionamento, dentro do enfoque de modelo sistêmico, com a elaboração de normas internas e diretrizes de funcionamento. A rede do Disque DH permitirá a interligação do sistema central com as unidades da Federação.

7. PREVIDÊNCIA SOCIAL

a) Inclusão previdenciária

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE, 2001), o Brasil possui uma população economicamente ativa de 70,5 milhões de pessoas. Desse total, 40,6 milhões de pessoas não estão contribuindo para a Previdência Social, ou seja, não têm direito a benefício previdenciário algum. Um contingente de 18,7 milhões de brasileiros com renda igual ou superior a um salário mínimo dispõem de condições para ser contribuintes e poderão contar com a Previdência Social entre seus direitos básicos. Em relação aos 21,8 milhões restantes, uma proposta de emenda constitucional propõe a criação de um sistema especial de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda. Nesse sentido, várias deliberações, descritas abaixo, estão em curso.

Em dezembro de 2002, 336 municípios ainda não tinham instituição financeira para efetuar o pagamento da Previdência. De abril a dezembro de 2003, 304 municípios passaram a receber pagamentos da Previdência Social por meio dos guichês eletrônicos da Caixa Econômica Federal, o Caixa Aqui.

A Previdência Social vem apresentando incremento em seus números de beneficiários. De dezembro de 2002 a dezembro de 2003, houve um crescimento de 3,3% no número de benefícios emitidos, passando de 21,1 milhões para 21,8 milhões. Dentre esses, cerca de 12,7 milhões (58%) se referem a benefícios pagos a pessoas da área urbana, 6,7 milhões (31%) a pessoas da área rural e 2,3 milhões (11%) são benefícios assistenciais.

Em relação ao valor médio dos benefícios, também houve melhorias entre 2002 e 2003. Enquanto em 2002 o valor médio de um benefício da Previdência Social era de R\$399,66, esse valor subiu para R\$451,10. Ou seja, houve um aumento de 12,9%. Em todos os principais



benefícios da Previdência Social registraram-se aumentos reais. A única exceção foi para o salário-maternidade, em decorrência de mudança nas regras de pagamento.

A população foi informada sobre seus direitos e deveres previdenciários por meio de ações de comunicação. O governo lançou, no dia 1º de maio, o Guia do Trabalhador, e em agosto foi realizada uma campanha educativa de rádio, no País todo, com 50 comunicadores populares, no intuito de esclarecer à população quais os requisitos para estar segurado pela Previdência Social e os benefícios decorrentes dessa condição.

As ações de educação previdenciária foram ampliadas e reestruturadas para alcançar de forma eficaz e dirigida os segmentos profissionais com maior taxa de exclusão previdenciária. Um comitê em cada uma das 102 gerências realizou um trabalho educativo em feiras, convenções, escolas e nas ruas das cidades.

Com o programa de Qualidade do Atendimento na Previdência Social foram desenvolvidas ações que também contribuíram para a questão da inclusão social, promovendo a melhoria contínua do atendimento ao usuário. Dentre essas, pode-se citar:

- A reformulação de 41 agências da Previdência Social que, além de estruturar as instalações físicas da rede de atendimento, centralizou investimentos em informatização;
- A disponibilização de serviços em canais virtuais, como o teleatendimento (Prev-Fone), a prestação de serviços pela Internet (Prev-Net) e os quiosques de auto-atendimento (Prev-Fácil); e
- A consolidação do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

b) Previdência Complementar

Buscou-se fortalecer a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) como órgão fiscalizador e como difusor da previdência complementar fechada, importante instrumento de proteção das reservas acumuladas pelo trabalhador com vistas a sua aposentadoria. Até dezembro, a SPC analisou cerca de 2.300 processos, muitos relativos ao período de 1998 a 2002. Foram aprovados mais de 150 novos planos de benefícios patrocinados por empresas médias e grandes. Os fundos instituídos, entidades de previdência complementar formadas a partir de vínculos associativos, sem obrigatoriedade de uma empresa patrocinadora, foram, afinal, regulamentados. Vários fundos desse tipo entraram em funcionamento em julho de 2003.



c) Reconhecimento de direitos

Foi reconhecido pelo governo o direito de 175 mil pessoas à aposentadoria por tempo de contribuição. Apesar de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) permitir ao INSS anular a contagem especial de tempo de contribuição para trabalhadores que tiveram exposição a agentes nocivos, o governo decidiu reconhecer as aposentadorias especiais já concedidas por liminar e realizar a conversão de contagem especial de tempo, sem período mínimo. A medida beneficiou centenas de milhares de segurados que trabalham ou trabalharam nessas condições.

O Decreto nº 4.845, de 24 de setembro de 2003, manteve a qualidade de segurado especial do produtor rural, mesmo quando se outorga a exploração em parceria de até 50% do imóvel rural, limitada a até quatro módulos fiscais. Anteriormente, o parceiro outorgante, em qualquer situação, era excluído da condição de segurado especial. Também foi permitido o registro de prova de trabalho rural há mais de dez anos e meio no momento da solicitação do benefício, o que antes era vedado.

Também foi ampliada a proteção social do trabalhador exposto a agentes nocivos por meio do Decreto nº 4.882, de 18 de novembro de 2003, quanto ao nivelamento dos critérios da aposentadoria especial com a insalubridade. Esse decreto determinou que, para fins de aposentadoria especial, fossem adotados os mesmos limites de tolerância observados na legislação trabalhista para o adicional de insalubridade, bem como se assumisse a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO).

Foi revertida, por meio da Lei nº 10.710/03, a exigência do comparecimento da gestante a uma agência da Previdência Social para pleitear o salário-maternidade. Com a mudança, o benefício volta a ser pago pelo empregador, que compensará os valores na contribuição previdenciária.

Com a aprovação da Lei nº 10.666, estendeu-se a aposentadoria especial ao cooperado filiado à cooperativa de produção e de trabalho e se assegurou que não será considerada a perda da qualidade de segurado na concessão das aposentadorias por tempo de contribuição especial. Igualmente, na hipótese de aposentadoria por idade, a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão desse benefício, desde que o segurado conte com, no mínimo, 240 contribuições mensais.

A Lei nº 10.699/03 permitirá a antecipação dos pagamentos de benefícios até o quinto dia útil de cada mês, a partir de abril de 2004, evitando transtornos aos aposentados que, em períodos com feriados, chegam a receber no dia 18 do mês.



Muitos são os desafios diante da Reforma da Previdência. Entre os temas que demandarão esforço significativo do Ministério da Previdência Social, pode-se elencar:

I – Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

- Regulamentação da desoneração da folha de pagamento, prevista na Emenda Constitucional nº 42, para o primeiro quadrimestre de 2004, com redução parcial do encargo previdenciário patronal incidente sobre a folha e o risco que isto representa para as contas da Previdência Social, envolvendo uma cifra estimada de R\$31,0 bilhões em 2003.
- Flexibilização das alíquotas de contribuição das empresas ao seguro do acidente de trabalho, determinada pela Lei nº 10.666 até maio de 2004, cujos trabalhos técnicos estão bastante avançados.
- Implementação do Perfil Profissiográfico Previdenciário e seqüência à atualização da política de segurança e saúde do trabalhador, em conjunto com o Ministério da Saúde e do Trabalho e Emprego.
- Intensificação do processo de absorção de 40,7 milhões de pessoas ocupadas sem cobertura previdenciária, que hoje não contam com garantia alguma de renda no momento da interrupção do trabalho; nesse universo, 18,7 milhões possuem idade e renda suficientes para ser contribuintes e estar, assim, cobertos pela Previdência.
- Implementação de melhorias no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), com vistas a tornar mais simples o processo de concessão de benefícios e, dessa maneira, levar ao reconhecimento dos direitos previdenciários; eliminar a exigência de numerosos documentos que o segurado tem dificuldade em apresentar, vendo-se na iminência de perder seus direitos. Já foram validadas as informações do CNIS para o período de 1994 e encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6765, cuja proposição é estender este processo até o período de 1976.
- Implementação e validação de um modelo gerencial que permita às unidades de atendimento do INSS formas de assegurar, para os segurados do Regime Geral de Previdência Social, os prazos legais previstos para o atendimento, bem como a satisfação



de suas necessidades. Como impacto de curto prazo, reduzir o Tempo Médio de Espera (TME) para atendimento nas unidades-piloto em 20%, no prazo de seis meses, contado a partir da implementação do projeto na unidade. Atualmente, o TME é da ordem de uma hora. Reduzir em 40% o estoque de todos os processos de trabalho das unidades-piloto no prazo de um ano.

II – Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

- Implementação da Reforma, com a regulamentação de dispositivos previstos na Constituição Federal, bem como apoio aos estados, Distrito Federal e municípios. Dentre as principais ações destacam-se a alteração na legislação federal, por meio de medida provisória, no intuito de atender a pontos urgentes decorrentes da Emenda Constitucional nº 41; reestruturação da Lei nº 9.717/98 – Lei Geral da Previdência Pública; implementação efetiva da fiscalização dos regimes próprios de previdência social, implantação da compensação entre regimes próprios de previdência social.
- Implantação da base de dados de todos os servidores públicos (SIPREV), para fins atuariais e financeiros, em especial para a aplicação do limite constitucional de remuneração e proventos na União, Distrito Federal, estados e municípios.

III – Previdência Complementar

- Fortalecimento da estrutura administrativa e logística do órgão fiscalizador da previdência complementar fechada, de maneira a proporcionar recursos humanos, equipamentos necessários e suficientes para cumprir suas competências legais, tendo por base a expansão projetada para o sistema;
- Realização, com o apoio de entidades da sociedade civil, de seminários regionais, com o objetivo de esclarecer e orientar sindicatos, conselhos de profissionais liberais e demais entidades associativas para a criação de fundos de pensão;
- Autorização para o funcionamento de planos de previdência instituídos por sindicatos, associações, entidades de classe e cooperativas (planos de instituidores), buscando a adesão de 180 mil novos participantes a planos de benefícios;
- Supervisão das atividades de previdência complementar e fomento à expansão do sistema como mecanismo de inclusão social, envolvendo 100% das entidades de previdência fechada.



8. CULTURA

O Governo Federal resgatou a centralidade do papel da cultura no debate e desenvolvimento do País, estabelecendo diretrizes que abrangem a dimensão antropológica e econômica da cultura brasileira.

Neste sentido, formularam-se ações estratégicas para o turismo cultural sustentável, para o desenvolvimento urbano, para a capacitação técnica e geração de emprego e para a ampliação do mercado de massas no setor cultural.

Iniciativas de fomento foram destinadas a toda a cadeia produtiva da cultura. O seminário Cultura para Todos contou, em todas as regiões, com a participação de cinco mil profissionais da área e servir de base para a revisão da lei de incentivos fiscais à cultura e de subsídio para a construção, ao longo de 2004, de um Sistema Nacional da Cultura.

Esforços conjuntos realizados pelo Governo Federal e pelo Congresso Nacional possibilitaram a elevação do teto de renúncia fiscal em projetos culturais de R\$160 milhões para R\$401 milhões.

a) Setor de Cinema e Audiovisual Brasileiro

O Governo Federal redirecionou os investimentos para setores-chave na determinação da quantidade e qualidade do acesso aos bens culturais, quais sejam: distribuição, formação de público, salas de cinema e circuitos paralelos de exibição. A atual política pública não deixou de absorver as grandes cadeias de entretenimento como espaço estratégico, válido para a implementação de programas, combatendo com eles as práticas monopolistas do setor.

A política do audiovisual inverteu o indicador fundamental na formulação de suas políticas. Se, até 2002, a eficácia era medida pelo número de filmes realizados e pelo financiamento de projetos artísticos, agora o que se leva em conta é a ampliação do público de cinema e, em especial, de cinema brasileiro. Como exemplo disso, os editais de curta, roteiro e documentários foram orientados para públicos estratégicos, como o infanto-juvenil e para regiões do País sem tradição de expressão audiovisual.

No fim de 2003, foram divulgados os resultados dos editais de fomento à produção. Aguardam-se mais de 150 títulos a ser lançados em 2004, com a geração direta de nada menos que 3.202 empregos, a partir de um investimento de R\$20,7 milhões. Editais realizados com parcerias incentivaram de forma pioneira a melhor divulgação do filme brasileiro.



No sentido de democratizar o acesso, recursos no valor de R\$1.051.520,00 foram destinados a oficinas de audiovisual em cidades com menos de 20 mil habitantes.

Uma das inovações é o Doc TV, uma série de 26 documentários sobre diversidade cultural do País, que muito contribui para o fortalecimento da produção regional. Em parceria com a Fundação Padre Anchieta (FPA/TV Cultura de São Paulo) e com a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), os documentários serão exibidos de junho a dezembro de 2004 pela rede pública de televisão. Um concurso em 20 estados da Federação realizou a pré-seleção de 628 inscritos para esse projeto. Outra novidade é a aproximação de duas categorias historicamente distantes no processo cultural nacional: os realizadores independentes organizados e as emissoras de TV. Juntos, formam pólos regionais de realização e uma rede nacional de teledifusão de documentários.

Durante o 36º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, foi lançado o Doc TV América Latina e o Doc TV países de Língua Oficial Portuguesa. Na América Latina, o programa contará com parcerias importantes: Fundación del Nuevo Cine Latinoamericano, presidida pelo escritor Gabriel García Márquez, e a Televisão da América Latina, associação de uma centena de televisões públicas no continente.

b) Memória e patrimônio cultural

Neste setor, o governo reformulou sua atuação, priorizando ações em 26 municípios de todas as regiões. Foram realizadas intervenções físicas e de capacitação nos municípios e comunidades, objetivando a revitalização dos sítios históricos e a criação de condições de desenvolvimento do potencial turístico, gerando renda, emprego e elevando a auto-estima da população.

O Programa Monumenta também inovou sua gestão, invertendo a curva de gastos em 2003. Foram canalizados os recursos existentes para o patrimônio cultural, na conservação em coberturas, instalações elétricas, recuperação de fachadas, descupinização, restauração de elementos artísticos, entre outros, em monumentos tombados pela União, num total de R\$12.533.961,00.

Com o fim de assegurar a integridade de bens que se encontram em situação de deterioração, em 17 estados brasileiros pode-se destacar: Museu Jaguaribano – Aracati (CE); Hotel Parque São Clemente – Rio de Janeiro (RJ); casa de Davi Canabarro – Porto Alegre (RS); Igreja de Nossa Senhora do Amparo – São Cristóvão (SE); recolhimento do Bom Jesus dos Perdões e Capela da Piedade – Salvador (BA); Igreja Nossa Senhora do Rosário – Pirenópolis (GO); Igreja Matriz de



Nossa Senhora da Conceição – Sabará (MG); inscrições rupestres – Ilha do Campeche (SC); Igreja de Nossa Senhora dos Pretos – Recife (PE); imóveis – São Luís e Alcântara (MA); e Igreja de Nossa Senhora do Carmo – Serro (MG).

A recuperação dos bens tombados, de espaços culturais e museus da União foi a tônica deste primeiro ano. Mereceram intervenções o Museu Histórico Nacional, no valor global de R\$1.940.000,00, e o Museu Nacional de Belas Artes, com um montante de R\$2.548.316,00, ambos no Rio de Janeiro. Foram também garantidas condições de funcionamento a todos os museus da União, com obras de modernização.

Pela primeira vez foi articulado em todas as regiões do País o Dia Internacional de Museus. De 12 a 18 de maio, museus e secretarias de cultura promoveram aproximadamente 270 eventos: exposições, palestras, mostras, cursos, espetáculos e visitas guiadas, dentre outros. Foi também ampliado o programa Música no Museu e lançada a Política Nacional de Museus, visando à democratização do acesso público, de forma a garantir aos brasileiros o direito à memória e o exercício pleno da cidadania.

Com a ação de Formação e Capacitação de Recursos Humanos em Museologia, preveu-se ênfase no treinamento de técnicos do setor, com aumento da oferta de cursos de graduação, pós-graduação, oficinas e cursos de aperfeiçoamento nas diversas áreas de atuação dos museus. Com o Cadastro Nacional de Museus, o governo pretende criar uma base de dados unificada, com uma plataforma de informações sobre os museus brasileiros.

Foram desenvolvidas também ações de caráter simbólico, para valorizar nossas identidades, nossa história, o pensar e fazer brasileiros. Pontuam-se aqui os trabalhos de sistematização e registros de manifestações culturais populares, como o jongo, o bumba-meu-boi, as ceramistas do Vale do Jequitinhonha, os cururueiros do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, dentre outros.

Em comemoração à data em que o compositor Ary Barroso completaria 100 anos, foi feita a reedição do livro Recordações de Ary Barroso, que desenha o perfil de um artista apaixonado por tudo o que fazia e que se tornou mundialmente conhecido com o hino Aquarela do Brasil.

c) Democratização da produção cultural

No campo das artes, o principal esforço tem sido reorientar os programas, para que deixem de enfocar fatos, produtos e expressões pontuais e passem a ser sistêmicos, incorporando todos os



elos das cadeias produtivas da cultura, especialmente a difusão e a capacitação. Trata-se de adotar regras e critérios para a gestão saudável do dinheiro público, com a divulgação nacional dos editais e concursos.

A Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) vem democratizando suas ações, desconcentrando os investimentos do eixo Rio–São Paulo. Os editais voltados para a dramaturgia – obras inéditas na categoria teatro adulto, para a infância e a juventude prevêm premiações aos três primeiros colocados das cinco regiões do País. Pela primeira vez na história do concurso, foi valorizada a cultura local, seja garantindo a premiação e a concorrência regional, seja atentando para a composição dos jüris, formados por representantes da diversidade brasileira.

O Projeto Prima Obra oferece uma visão panorâmica da produção artística contemporânea ligada ao pensamento, além de divulgar novos talentos. Os trabalhos selecionados estão sendo apresentados na Galeria da Funarte, em Brasília.

A Oficina e Curso de Preservação Fotográfica em Caxias do Sul (RS), em convênio com o Arquivo Municipal da cidade, oferece formação nessa área, além de curso de reprodução fotográfica e de duplicação de negativos de vidro, ministrados pela equipe técnica do Centro de Preservação Fotográfica (CCPF).

Em 2003, foram realizados os seguintes eventos:

- VII Festival Nacional de Arte sem Barreiras, II Congresso e Festival Nordestino de Arte sem Barreiras e I Seminário Gestão Cultural e Inclusão – realizados em Aracaju, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória (SE).
- Projetos de Arte Contemporânea – coletiva com artistas selecionados por edital público para ocupação das galerias da Funarte no Rio de Janeiro.
- Festival Internacional de Bonecos (IV Edição) – apresentação de 34 espetáculos de grupos nacionais e internacionais, oficinas e mesas-redondas sobre produção cultural, em Brasília (DF), destinado ao público infanto-juvenil, inclusive da rede pública de ensino.

O Ministério da Cultura também apoiou ações que terão maior visibilidade este ano, como o Museu de Arte Moderna de São Paulo e a Bienal de São Paulo, programada para 2004.



O Ministério da Cultura deverá centrar suas energias na continuidade da formulação de uma política pública de cultura e nas diretrizes estratégicas e integradas que abrangem a maioria dos programas previstos para 2004. Trata-se da geração de emprego e renda para os brasileiros, da democrática distribuição espacial dos projetos, da inclusão social pela cultura e da preservação do patrimônio cultural.

A principal diretriz – Inclusão Social Pela Cultura – tem como meta oferecer capacitação técnica, emprego e condições materiais às iniciativas de brasileiros que produzem cultura nas periferias das grandes metrópoles e nas cidades com menos de 20 mil habitantes. Atuando de forma integrada com ações de inclusão social, a Frente de Circulação de Bens Culturais persegue o desafio de descentralizar e nacionalizar o acesso à produção tradicionalmente elitizada de teatro, cinema, música e artes visuais. Em paralelo, a Frente de Regulação das Economias da Cultura permitirá ampliar o mercado de massas, de maneira a diminuir as restrições à plena expressão da diversidade cultural brasileira.

A Inclusão Social pela Cultura se fundamenta no Programa Cultura, Identidade e Cidadania e na instalação das Bases de Apoio à Cultura (BACs) como projeto estratégico. Estas últimas serão implantadas em regiões de vulnerabilidade social, onde não existem cinemas nem teatros e onde há carências de formação técnica, de inclusão digital e de domínio da linguagem escrita e audiovisual. No primeiro ano, serão 20 espaços implantados, cuja gestão deverá ser compartilhada com a comunidade, valorizando as culturas locais. O programa Cultura Afro-Brasileira será essencial, ao focalizar a inclusão do negro no mercado de trabalho.

A atuação do Conselho Superior de Cinema e a transformação da Agência Nacional do Cinema (ANCINE) em Agência Nacional do Cinema e Vídeo (ANCINAV) propiciará a reestruturação do mercado audiovisual, pela proteção das empresas brasileiras e pela regulação da circulação dos conteúdos nacionais em todas as mídias. A Agência terá como meta acentuar a diversidade cultural e a concorrência econômica no mercado interno. O resultado esperado é a ampliação do acesso criativo e crítico dos brasileiros ao produto audiovisual nacional e de todo mundo.

Ações de fomento serão destinadas a toda a cadeia produtiva. A distribuição de filmes nacionais será significativamente incentivada, favorecendo uma maior penetração no mercado interno e a conseqüente capitalização de exibidores, distribuidores e produtores. Os exibidores deverão receber uma linha de crédito incentivando a construção de novas salas. Uma rede de cinema popular será viabilizada em parceria com estados e municípios.



Entre curtas infantis, documentários para TV pública e filmes de baixo orçamento, os projetos apoiados em concursos do MinC irão gerar 3.202 empregos diretos e mais de 150 títulos de filmes. O acesso à produção e fruição cultural ganha total prioridade, com novos editais voltados para todas as etapas do processo cinematográfico, inclusive a reflexão e a memória. Será também, 2004, o ano de selar novas parcerias estratégicas com a Rede Pública de Televisão, como forma de valorizar o acesso gratuito à produção de filmes e documentários.

Objetivando ampliar o acesso dos brasileiros aos bens culturais, está prevista a discussão sobre marcos regulatórios para as economias da música e do mercado editorial, envolvendo uma abrangente discussão com os agentes dessas áreas. Com regras mais claras, isenção tributária e preços mais baixos nas prateleiras, as indústrias culturais irão minimizar a pirataria e atingir um público mais amplo. Deverão também criar mais empregos e expressar a diversidade cultural, hoje longe da visibilidade ideal. Além do apoio inédito à comercialização de filmes, a Frente de Circulação de Bens Culturais abrangerá teatro, música e patrimônio. Com previsão de oferta de trabalho para 9.300 pessoas, entre elas 400 artistas e músicos, o consagrado Projeto Pixinguinha deverá fazer circular música brasileira em 310 espetáculos por todo o País.

Os artistas, técnicos e produtores de teatro poderão participar do projeto nacional de circulação de artes cênicas, que permitirá alcance nacional às obras e um acesso amplo ao público de regiões fora do eixo Sul – Sudeste.

Com a iniciativa Fome de Livro o MinC vai instalar centenas de novas bibliotecas pelo Brasil, integrando-se às BACs, às escolas públicas, às igrejas e clubes de vizinhança. Irá também criar novos espaços de leitura em parques, campos de futebol, estações de metrô, trens, ônibus e aeroportos.

Em 2004 os esforços estarão voltados para o patrimônio cultural brasileiro, para a recuperação da capacidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de forma a qualificá-lo para responder pela missão de proteger e difundir os bens nacionais. Percebendo a política cultural como elemento central da política urbana e de turismo, o conjunto de ações nessa área promoverá a formação de mão-de-obra qualificada e o emprego direto de milhares de pessoas, nas obras e serviços de conservação e restauro de bens móveis e imóveis.

Com um trabalho de restauração dos sítios tombados de nossa memória, o programa Monumenta continuará a criar condições para que as comunidades possam, de forma auto-sustentável, usufruir culturalmente e economicamente de suas próprias tradições. Prevê-se a inclusão de mais nove cidades no programa, além de outras atividades, como programas para TV Escola, implantação de museus e núcleos de capacitação.



Após os seminários realizados em 2003, o Ministério da Cultura irá encaminhar ainda no começo deste ano a reforma da Lei Rouanet, buscando corrigir distorções que hoje favorecem a concentração de recursos em certas regiões e no poder de uma minoria de produtores.

Este é o ano em que se inicia a implantação do Sistema Nacional de Cultura, que irá favorecer a descentralização da política cultural brasileira e uma distribuição de recursos mais equilibrada e justa por todas as regiões do Brasil. A criação do Instituto Nacional de Museus e do Sistema Nacional de Museus também será decisiva para o maior acesso da população aos acervos nacionais.

Internacionalmente, o MinC permanecerá atuando em defesa da diversidade cultural. Essa preocupação orienta o Fórum Cultural Mundial, que acontecerá na cidade de São Paulo, entre junho e julho de 2004.

9. ESPORTE

Programa Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade

Até novembro de 2003, foram beneficiados pelo programa Esporte na Escola 365.550 jovens, em 1.427 núcleos. Esta atividade será desenvolvida, a partir de 2004, pelo programa Segundo Tempo, que traz consigo novos valores. O Segundo Tempo dará ênfase à implantação de um segundo turno escolar, ampliando o tempo de permanência de crianças e jovens num ambiente saudável, oferecendo-lhes alimentação adequada e a possibilidade de prática esportiva guiada. A expectativa, em 2004, é de atender a 1 milhão de crianças com atividades esportivas em núcleos de esporte.

O programa Esporte Solidário beneficiou 71.013 pessoas com práticas desportivas. As suas ações estão sendo incorporadas pelo programa Segundo Tempo e Esporte e Lazer na Cidade, previstos no PPA 2004-2007. Este último objetiva garantir o acesso da população a atividades esportivas e diversão para todos e contará com a parceria do Ministério da Saúde, utilizando a estrutura do SUS e do Programa Saúde da Família para incentivar a prática esportiva.

Jogos Pan-Americanos

A participação do Brasil nos Jogos Pan-Americanos de Santo Domingo (República Dominicana) teve o melhor resultado dos últimos tempos. Foram 122 medalhas e pela primeira vez disputou-



se, com chances reais, a 3ª colocação na competição. O Brasil levou a sua maior delegação – 467 atletas, mostrando que um número maior de brasileiros obteve índice para participação. O próximo grande desafio é a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro em 2007. Criou-se para isto o programa Rumo ao Pan 2007.

O governo brasileiro apoiou ainda a edição deste ano dos Jogos da Juventude, dos Jogos dos Povos Indígenas e a participação nos II Jogos Para-Pan-Americanos.

Pintando a Liberdade

O Projeto foi mantido em 2003, em função do reconhecimento de sua importância social. A participação no Projeto proporciona a redução da pena em 1 dia para cada 3 dias trabalhados e, ainda, uma remuneração em função do que se produz (em média R\$80,00 por mês). Ademais, o nível de reincidência é fortemente reduzido entre os presos que participam do Projeto, passando, em média, de 90% para pouco mais de 30%.

No âmbito deste Projeto foram produzidos, até novembro, 775 mil itens de material esportivo, atendendo a 6.082 escolas públicas e outras 52 instituições não-governamentais. Atualmente o Projeto conta com 58 Núcleos, distribuídas por 26 estados, mais o Distrito Federal.

Em termos econômicos, devemos considerar que o material produzido custa para a sociedade cerca de 35% a menos que o valor de mercado, possibilitando uma economia de mais de R\$3 milhões no ano de 2003. Outra forma de economia para os cofres públicos diz respeito à diminuição do tempo de detenção do infrator no estabelecimento prisional, uma vez que, a manutenção do preso custa, em média, R\$800,00 por mês.

Cidadania ao Menor

Projeto com as mesmas características do Pintando a Liberdade, este é voltado aos menores em conflito com a lei. O projeto beneficiou 850 menores, que produziram 75 mil materiais esportivos em 4 Núcleos: um em São Paulo (FEBEM/Tatuapé) e os outros três na Bahia (Feira de Santana).

O Pintando a Liberdade ganha com o PPA 2004-2007 *status* de programa. Em 2004, em parceria com a Petrobras, serão criadas 30 novas fábricas de material esportivo em comunidades carentes, gerando 9 mil empregos e duplicando a produção.



Participação da sociedade

A sociedade terá forte influência na definição da política para o setor. De fevereiro a junho será realizada a 1ª Conferência Nacional do Esporte. Será implantada ainda em janeiro a ouvidoria do Ministério do Esporte; serão mantidas as reuniões periódicas do fórum de secretários estaduais de esporte, que funciona como órgão consultivo do ministério; e o Conselho Nacional de Esportes passa a ter papel importante como órgão consultivo nas decisões.

Financiamento ao esporte

A regulamentação da atividade dos bingos vai organizar o setor e assegurar recursos para o esporte social. Surgirá uma nova loteria, a Timemania, que garantirá recursos para os clubes de futebol e para o Ministério do Esporte, que, por sua vez, investirá parte desses recursos no atendimento a pessoas portadoras de deficiências. Oitenta times vão partilhar R\$80 milhões/ano previstos pela Caixa Econômica Federal. A contrapartida principal será manter equipes de futebol feminino.

Competições

Serão implantados os Centros de Alto Rendimento de São Paulo (SP), Manaus (AM) e Goiânia (GO). Eles serão referências regionais para os esportes olímpicos. Um quarto centro será criado no Nordeste.

Há grande expectativa com a participação brasileira nas Olimpíadas de Atenas, em agosto, garantida pelo alto nível técnico dos atletas brasileiros que deverão participar. Ainda sobre Olimpíadas, será criada a Casa do Brasil, que manterá atividades culturais e de divulgação, como parte da campanha para o Rio sediar as Olimpíadas de 2012.

Quanto às competições com caráter mais integracional dos participantes, serão cinco eventos, já com data marcada, a ser realizados no ano de 2004: Jogos da Juventude, Escolares, Universitários, Indígenas e dos Esportes de Aventura.

O Ministério do Esporte deverá buscar junto ao Congresso Nacional a aprovação do Estatuto do Esporte, que será o marco regulador do setor de esportes no Brasil; igualmente, está sendo aguardada a aprovação da lei que cria a Bolsa-Atleta, destinada a pessoas carentes. Para 2004, o Ministério do Esporte participará da formulação a Lei do Incentivo, proposta que contemplará todos os setores, inclusive o futebol, assegurando o desenvolvimento do esporte na base.



Futebol

Será criado, ainda no primeiro semestre, o Conselho Nacional de Segurança nos Estádios. Está prevista a realização de uma campanha com o tema “Ano da Paz nos Estádios”. O Ministério do Esporte quer ainda garantir a aplicação plena do Estatuto do Torcedor, pois os prazos fixados pela lei para a adequação dos estádios de futebol já venceram.

10. JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

O fortalecimento das instituições brasileiras na área policial, penitenciária e judiciária constituiu a prioridade neste primeiro ano de gestão. Chegou-se ao fim de 2003 com a presença reavaliada e demarcada do Governo Federal na segurança pública para atuar como protagonista na redução dos indicadores de violência e no desmantelamento da máquina criminoso que age no País.

a) Implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

O Susp tem por objetivo a articulação das ações das instituições federais, estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal. O sistema é único, mas as instituições que farão parte dele são diversas e autônomas, cada uma cumprindo suas responsabilidades. Servem de modelo para o Susp experiências de missões especiais e forças-tarefa, em que órgãos diferentes trabalham integrados, com pessoal qualificado, metas e metodologia bem-definidos. Os seis principais eixos de atuação do Susp são a gestão unificada da informação; gestão do sistema de segurança; formação e aperfeiçoamento de policiais; valorização das perícias; prevenção e instalação de ouvidorias independentes; e corregedorias unificadas.

O governo adotou uma estratégia de integração entre todas as unidades federadas que aderiram ao Susp visando a superar a ineficácia de iniciativas de segurança pública pontuais e isoladas. Por meio desse sistema, os governos estaduais e municipais passaram a apresentar projetos a ser financiados e fiscalizados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), dentro de normas que priorizam o atendimento eficiente às demandas da sociedade e o impacto na criminalidade. Assim, estados e municípios têm condições de implementar programas de prevenção e repressão ao crime, reestruturação e reaparelhamento das polícias, combate às organizações criminosas, bem como análise de dados e estatística. Foram empenhados R\$298,3 milhões de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública para a estruturação do Susp e aparelhamento das estruturas de combate ao crime no País, que, somados aos R\$49,1 milhões de restos a pagar de 2002, totalizam R\$347,4 milhões disponibilizados para a área neste ano.



Uma das principais mudanças instituída pelo Susp na relação entre as polícias é a implantação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que se encontra em operação no Mato Grosso, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, além do GGI, criado para integrar as ações desenvolvidas na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). O GGI-Sudeste dá suporte na investigação e no combate ao crime organizado, agrupando os trabalhos de inteligência, operações e informação. A coordenação do GGI-Sudeste é da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Tendo como representantes estados, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Os gabinetes auxiliam na coordenação das operações das secretarias estaduais. Assim, as ações são definidas de forma concertada, com atuação dos representantes do Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e da Guarda Municipal no suporte às operações.

Prevê-se, em 2004, a implantação dos seguintes projetos de prevenção da violência no âmbito do programa Segurança do Cidadão do PPA 2004-2007: sistema nacional de gestão do conhecimento e de informações criminais; modernização de estruturas físicas de unidades funcionais de segurança pública; modernização organizacional das instituições do sistema de segurança pública (segurança cidadã); intensificação da repressão qualificada; reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança; sistema integrado de formação e valorização profissional.

O Susp garantirá o aumento da cobertura do policiamento preventivo e judiciário em comunidades vulneráveis e áreas de risco, evitando, assim, a expansão da ação criminosa e a redução da insegurança pública com uma presença mais efetiva dos agentes da lei, inibindo violações por meio de uma repressão qualificada; propiciará uma sensível melhora na prestação de serviços da polícia à comunidade, ampliando a capacidade dos órgãos de perícia forense na elucidação de crimes, hoje estimados em 6.000 casos que aguardam a obtenção de prova científica para a sua elucidação; integrará os sistemas de informações criminais, de modo a permitir, de forma ágil e confiável, a identificação dos criminosos em todo o País, consolidando a autonomia e independência do controle externo da atividade policial e as atividades da Guarda Municipal, no âmbito de segurança urbana, em atividades de agentes de cidadania.

Para tanto, foram estabelecidas as metas físicas abaixo elencadas:

- Implementação dos gabinetes de gestão integrada de segurança pública nos 27 estados, bem como no âmbito regional (Norte, Sul, Centro-Oeste e Nordeste), a exemplo do já



realizado na região Sudeste, visando à integração das ações de prevenção e combate à criminalidade;

- Formalização de convênios com municípios, contemplados nos projetos de prevenção à violência, por meio da valorização de práticas culturais, esportivas e de programas de geração de emprego e renda, com 65 municípios e duas regiões metropolitanas, distribuídos pelas cinco regiões do País. Serão beneficiados, aproximadamente, 75.000 mil jovens, na faixa etária de 12 a 25 anos, em situação de vulnerabilidade social;
- Consolidação das 12 ouvidorias de polícia existentes no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará, Pará e Sergipe; criação e consolidação de, no mínimo, cinco ouvidorias de polícia, nos estados que ainda não as possuem, para executar o controle externo das atividades policiais;
- Reaparelhamento das polícias estaduais, com a aquisição de 4 mil veículos policiais, para os 27 estados, sendo 3 mil veículos relativos a convênios celebrados no ano de 2003 e 1 mil de convênios a serem celebrados em 2004;
- Licitação de bens e serviços para implantação de cinco laboratórios regionais de análise de DNA; implementação de dois laboratórios regionais;
- Implantação de sistema integrado de armazenamento e análise de impressões digitais de criminosos em 50% dos estados;
- Criação de uma rede de ensino a distância, integrando os órgãos da justiça criminal, federais e estaduais, em 200 pontos de recepção, nos 27 estados, alcançando 200 mil alunos por ano;
- Implantação e modernização de 150 delegacias especializadas de atendimento à mulher e de 50 delegacias de proteção à criança e ao adolescente, com a aquisição de bens e serviços (mobiliário, equipamentos de informática, veículos, etc.), totalizando 200 unidades;
- Capacitação de gestores e membros dos 27 gabinetes de gestão integrada, alcançando 200 servidores treinados;



- Implantação, em cinco academias integradas de polícia, da matriz curricular unificada;
- Disponibilização de sistema de informação policial para integração dos 27 estados, visando a uma repressão qualificada à violência (tráfico de armas, drogas, seres humanos e lavagem de dinheiro);
- Implantação de centros de atendimento médico psicossocial para os profissionais de segurança pública, em sete estados da Federação;
- Execução de 74 convênios, com 27 estados, um município e do consórcio metropolitano de Recife, totalizando R\$177.7 milhões, empenhados em 2003.

b) Combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro

Foi intensificado o combate à lavagem de dinheiro, atividade-fim do crime organizado, com a criação, já neste primeiro ano de gestão, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça. Cabe a ele articular o conjunto de ações governamentais que deverão combater a lavagem de dinheiro, recuperar os recursos que tenham saído ilegalmente do País e, paralelamente, recompor o patrimônio público lesado. Com esse objetivo, o Departamento intensificou, este ano, a negociação de acordos de cooperação mútua em matéria penal com diversos países, dentre os quais Suíça, Reino Unido, Espanha, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Alemanha, Austrália e Bahamas. Outras medidas foram a obrigatoriedade da notificação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Ministério da Fazenda, sobre retiradas ou depósitos em espécie acima de R\$100 mil, além da criação do Cadastro Geral de Correntistas, dispensando a necessidade de aviso circular aos bancos e instituições financeiras toda vez que o Coaf detectar um suspeito de lavagem de dinheiro. Visando a proporcionar a agilidade necessária no desempenho de suas responsabilidades, o Coaf foi reestruturado, passando a ser integrado, neste ano, por representantes do Ministério da Justiça e da Controladoria-Geral da União e recebendo novos funcionários e investimentos em tecnologia de informação.

No sentido de aumentar a efetividade das ações de governo no médio prazo, foi definida a Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro para 2004 (ENCLA-2004). Pela primeira vez, os dirigentes dos principais órgãos que atuam na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, do Executivo, Judiciário e Ministério Público, estiveram reunidos para definir uma estratégia de atuação conjunta.



A Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro para 2004 tem como principal meta a elaboração da política nacional de combate à lavagem de dinheiro, assim como o acompanhamento da implementação dessa política. Outras recomendações definidas foram: sindicância patrimonial de agentes públicos, seguindo o modelo já adotado pela Polícia Federal; flexibilização do sigilo bancário e fiscal para outros órgãos do governo que sejam responsáveis pela investigação e combate ao crime; apresentação de proposta de criação do bloqueio administrativo de bens, em caso de suspeita de lavagem de dinheiro; inclusão dos crimes de sonegação fiscal, entre outros, no rol de antecedentes do crime de lavagem de dinheiro; criação de um código de ética dirigido aos agentes públicos responsáveis pela investigação e denúncia de delitos, com respeito às suas relações com a imprensa; imposição de limites para diferir transações bancárias suspeitas; criar mecanismos que permitam o acesso dos investigadores aos cadastros nacionais de imóveis, embarcações, aviões, telefones, eleitores e composições societárias de empresas.

Nesse contexto, a atuação da Controladoria-Geral da União é fundamental, uma vez que a lavagem de dinheiro está sempre relacionada à ação ou omissão de algum agente público ou político para facilitar o fluxo desses recursos ilicitamente obtidos. Nesse contexto, destaca-se a ação integrada com outros órgãos do governo no combate à chamada “grande corrupção”, como as remessas ilegais de dinheiro (US\$30 bilhões, segundo as denúncias) para o exterior por meio das chamadas contas CC-5, com utilização da agência do Banestado em Nova Iorque, a partir de agências bancárias localizadas em Foz do Iguaçu – PR. Neste caso, a Controladoria conseguiu, junto ao Poder Judiciário a extensão da quebra do sigilo bancário dos envolvidos e está fazendo o cruzamento desses dados com o cadastro de agentes públicos federais, para identificar eventuais remessas irregulares para o exterior oriundas de corrupção e responsabilizar esses agentes por ação ou omissão em qualquer caso de envio irregular para o exterior. Esta é a primeira vez na história da Administração Federal brasileira que foi tomada esta atitude.

Destaque-se ainda a Operação Anaconda, que possibilitou desmontar uma organização que atuava em São Paulo, Pará, Alagoas, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, acusada de formação de quadrilha, prevaricação, tráfico de influência, corrupção ativa e passiva. Outras ações fizeram com que as Polícias Federais mostrassem à sociedade o alto grau de especialização e de inteligência que este governo está imprimindo na repressão ao crime organizado.

Destaca-se, em 2004, o empenho do Governo Federal no combate ao crime organizado pela implantação da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro, que prevê, dentre outras metas, a negociação de novos acordos de cooperação jurídica em matéria penal com



13 países e a aprovação de cinco acordos em tramitação no Congresso Nacional; criação do cadastro nacional de imóveis; criação do sistema de consulta simultânea aos cadastros de veículos, embarcações e aeronaves; estabelecimento de instrumento normativo e campanha para orientar os órgãos públicos federais e estaduais a investigar sinais exteriores de riqueza e outros indícios de corrupção e lavagem de dinheiro apresentados por seus funcionários.

Espera-se com isso desenvolver, juntamente com a Secretaria de Fazenda do estado de São Paulo, projeto-piloto de capacitação das secretarias estaduais de fazenda para atuação no combate à lavagem de dinheiro; elaborar, em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República e o Ministério Público Federal, projeto de código de ética que oriente os agentes públicos envolvidos em atividades investigatórias sobre o relacionamento que devem ter com a imprensa, equilibrando a liberdade com necessidade de sigilo para o êxito das investigações e a preservação da presunção de inocência; alterações nos projetos de lei que ampliam a tipificação do crime de lavagem de dinheiro, desvinculando-o do rol de crimes antecedentes.

O programa operações integradas de combate ao crime e redução da violência busca a otimização do emprego da força policial federal, mediante ações destinadas a potencializar as operações, por meio da integração das polícias federais com outras instituições da área de segurança pública e da segurança institucional do País (polícias estaduais civis e militares, Receita Federal, Forças Armadas, Banco Central, ABIN, etc.). O objetivo é otimizar recursos materiais e humanos, bem como reverter o sentimento de insegurança da população e desmistificar a crença na impunidade de grupos criminosos.

Para o ano de 2004 o programa tem orçamento estimado em R\$208 milhões e as seguintes metas, como desafio:

- 150 operações policiais de combate ao crime organizado e 2.500 operações de repressão e combate aos crimes contra bens, serviços e interesses da União.
- Implantação do sistema Afins, informatizando milhões de fichas de impressões digitais dos arquivos dos diversos institutos de criminalística e permitindo às instituições policiais de todo o País o acesso através dos computadores instalados nas bases operacionais e em viaturas; o sistema oferece, além disso, outros benefícios, como a facilidade na coleta de impressões digitais; maior segurança e confiabilidade na expedição de documentos; agilidade e precisão na expedição de antecedentes criminais; agilidade de perícias papiloscópicas em locais de crimes e efetivo intercâmbio de informações criminais das diversas polícias, incluindo as polícias internacionais;



- Manutenção dos índices de acidentes, nas rodovias federais, abaixo da média nacional verificada, reduzindo, assim, em 60% o número de acidentes de trânsito, verificados em igual período de 2003.

Os resultados esperados com a implantação do Programa de Modernização, A agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro (PROMASP) são: a diminuição dos problemas enfrentados pelos brasileiros ao ingressar em outros países, pois viajarão com um documento que atende às normas internacionais de passaporte seguro; redução das restrições e exigência de visto em diversos países; maior controle do fluxo de viajantes internacionais; realização de controle e localização de pessoas, no momento de entrada e saída do Brasil, que estejam em situação irregular, sejam procuradas ou impedidas de entrar ou sair.

c) Sistema Penitenciário

Buscando o fortalecimento institucional do País, rumo à criação de um ambiente seguro ao cidadão e ao efetivo cumprimento da justiça, o Ministério da Justiça está colocando em prática uma política nacional para o sistema penitenciário.

Em 2003, o Fundo Penitenciário Nacional repassou R\$39,5 milhões em recursos aos estados para a construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais, com o objetivo de diminuir o grande déficit de vagas no sistema prisional, bem como para a ressocialização dos apenados e egressos.

O projeto-piloto de informatização da atividade carcerária já foi adotado por 21 estados, o que permitirá a melhor gestão das unidades e a inclusão da população carcerária em programas sociais.

O programa de redução do déficit de vagas no sistema penitenciário brasileiro, cujo orçamento para 2004 é de R\$202 milhões, tem como meta a criação de 4.200 vagas conveniadas, por meio da transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) aos estados e recebimento de aproximadamente 9.200 vagas conveniadas em 2003.

Merece destaque, ainda, o início do Projeto de Realinhamento do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Tal projeto é pautado na necessidade de utilização de um sistema informatizado que seja moderno e tenha a eficiência desejada, para possibilitar a administração



prisonal nas novas penitenciárias federais, bem como a necessidade de obtenção de informes estratégicos, em tempo real, nos estados.

Por meio do programa de construção de presídios federais, cujo orçamento previsto para 2004 é de R\$202 milhões, tem início a construção de três presídios federais, com gerenciamento pela Caixa Econômica Federal, no estado do Mato Grosso do Sul, Rondônia e Paraná e reforma do presídio de Cuiabá, com a criação de uma ala federal com 40 vagas.

O objetivo da penitenciária federal é abrigar os presos de maior periculosidade (menos de 1% da população prisional), visando a atenuar a incidência de motins ou rebeliões e desarticular o crime organizado local. A ressocialização do preso comum é mais fácil quando aquele de maior periculosidade é afastado do convívio. Assim, a penitenciária federal será de grande importância para estabelecer o clima de paz nos presídios e oferecer condições de maior segurança à sociedade civil.

d) Redução da demanda de drogas no Brasil

O governo promoveu a integração e o debate entre seus diversos órgãos, a partir da Política Nacional Antidrogas, resultando no lançamento das orientações estratégicas e diretrizes para o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD). Avançou-se no estabelecimento de novos paradigmas para a abordagem do assunto, reconhecendo que o uso indevido e o tráfico ilícito de drogas são questões de Estado e devem ser consideradas problemas de cidadania, não apenas de saúde ou de segurança pública. Ampliou-se a abordagem da redução da demanda, incluindo as drogas lícitas como álcool e tabaco.

O governo descentralizou as ações de regularização e alienação dos bens e valores apreendidos em decorrência do tráfico ilícito de tóxicos. Para tanto, recursos de R\$1,4 milhão do Fundo Nacional Antidrogas foram repassados, mediante convênio, a diversos entes federados.

A Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) promoveu, em 2003, profunda transformação na condução da redução da demanda de drogas no País. Podemos destacar as seguintes atividades: realização do seminário Novos cenários para a Política Nacional Antidrogas; criação de três câmaras de assessoramento na área científica, jurídica e de articulação política e 14 câmaras técnicas; desenvolvimento de metodologia de avaliação do desempenho nacional na redução da demanda, com a geração de indicadores de gestão; e ampliação dos recursos do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID), permitindo uma maior interação e troca de conhecimentos entre as estruturas do Sisnad.



Com a portaria interministerial assinada com o Ministério do Trabalho e Emprego, foi recomendada a inclusão do tema redução da demanda de drogas no ambiente de trabalho na pauta de atividades regulares das comissões de prevenção de acidentes das empresas. Um levantamento nacional sobre padrões de consumo do álcool, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo e Universidade do Texas – Estados Unidos e um diagnóstico nacional sobre o consumo de drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio, nas 26 capitais brasileiras e no DF se juntam à realização de pesquisa nacional sobre consumo de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua, nas 26 capitais brasileiras e no DF.

Na área de treinamento, houve o lançamento do curso de capacitação à distância em prevenção do uso de drogas para educadores da rede pública e o projeto-piloto, também por meio de educação remota, para 3 mil membros dos conselhos municipais antidrogas, tutelares, de direitos da criança e do adolescente, de saúde, de educação e de segurança comunitária. Aulas para formadores de agentes multiplicadores em prevenção, destinadas aos reservistas das Forças Armadas, deverão ser ministradas pelo Ministério da Defesa. Já foi iniciada a elaboração de oito cartilhas de orientação comunitária sobre o uso de drogas e problemas decorrentes, dirigidas a públicos específicos.

e) Reforma do Judiciário

Foi criada a Secretaria da Reforma do Judiciário, com o fim de contribuir na interlocução com os membros do Poder Judiciário para que, em parceria, possam ser implementados projetos de modernização nos tribunais, enquanto também se discutem as alterações legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Após a elaboração de um diagnóstico do Poder Judiciário, a Secretaria da Reforma do Judiciário (SRJ) buscará desenvolver uma interlocução com os membros do Poder Judiciário visando à implementação de projetos de modernização nos tribunais, enquanto também se discutem as alterações legislativas em tramitação no Congresso Nacional. Visando a otimizar a prestação jurisdicional, a SRJ desenvolverá projeto que define padrões de conduta de representação da administração pública, apóia a modernização e informatização dos juizados especiais federais e prevê a implementação de serviços da justiça federal nos Centros Integrados de Cidadania (CIC).

f) Estatuto do Desarmamento

O Governo Federal contribuiu e apoiou a nova lei que cria regras rígidas para o porte e comercialização de armas de fogo no País, de forma a desestimular a sociedade brasileira a adquirir esse tipo de equipamento para uso pessoal.



g) Fiscalização nas rodovias e estradas federais

O patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais está baseado na presença física e na ação policial direta, objetivando a preservação da incolumidade pública, ao longo e às margens das rodovias federais.

Como atividade complementar de suporte operacional, a PRF, por meio do patrulhamento ostensivo de ronda com viaturas, desenvolve ações de fiscalização em pontos críticos; apreensão de animais a esmo nas rodovias; assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito. A atuação dos policiais rodoviários tem repercussão na redução do número de mortos nas estradas federais, em decorrência de acidentes.

No contexto de segurança pública, está prevista no plano nacional de segurança pública, no que diz respeito ao combate à criminalidade mediante a repressão ao roubo de cargas e veículos, ao tráfico de entorpecentes e à elisão fiscal.

h) Defesa dos direitos do consumidor

Articula-se, para 2004, a intensificação da repressão a condutas anticoncorrenciais, com ênfase em setores da economia capazes de gerar um grande número de empregos. Igualmente, será dada ênfase ao aperfeiçoamento das normas relacionadas ao combate aos cartéis e à intensificação da parceria entre a Secretaria de Direito Econômico (SDE), a Polícia Federal e o Ministério Público e os estados, pois a repressão a cartéis exige medidas rigorosas de investigação mais afeitas à atuação destes órgãos, como buscas e apreensões, escutas telefônicas, ações de inteligência, intimações de pessoas, etc.

Será implementado um programa efetivo de combate a cartéis, com adesões de firmas ao ISO antitruste, representando o início de uma mudança de cultura para se criar um ambiente desfavorável à formação de cartéis, facilitador da repressão àqueles que surgirem. Também haverá a criação de um centro de inteligência.

i) Segurança Institucional

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI) apresentará à Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) uma proposta de política nacional indigenista. Pretende discutir igualmente as ações preventivas necessárias dos órgãos com responsabilidade sobre os efeitos, no Brasil, de crises ocorridas em países vizinhos e dar seguimento à consulta à



sociedade sobre a atividade de inteligência. Além de continuar a implantação do projeto de unificação do formulário do viajante.

A Saei planeja ainda finalizar o projeto de georeferenciamento para apoiar a concessão de assentimento prévio na faixa de fronteira; fazer o acompanhamento de temas e gerenciamento de crises, bem como dar suporte aos demais órgãos da Presidência, além de concluir o desenvolvimento do sistema de gestão, em parceria com a Universidade de Santa Catarina.

A Coordenadoria-Geral de Estudos está programando a organização da Rede de Estudos-Repensa e a realização de três encontros sobre temas de relevância. Está prevista também a publicação de revista sobre temas estratégicos e a realização de seminário sobre a revisão do conceito de faixa de fronteira para defesa e segurança.

A Abin enfatiza a formação de uma cultura nacional que valorize a proteção do conhecimento estratégico gerado no País. Para tanto, vem desenvolvendo um trabalho de sensibilização de empresas e instituições públicas, com a realização de simpósios nacionais, ressaltando a proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas na Amazônia, e a pertinente salvaguarda dos recursos da biodiversidade e seu reconhecimento como componente estratégico do patrimônio brasileiro. Na área de segurança da informação, a agência prossegue no desenvolvimento de equipamentos e soluções próprias para a segurança das comunicações de voz e de dados, os quais foram fornecidos a diversas instâncias governamentais.

O aprimoramento do Sistema Brasileiro de Inteligência vai otimizar as ações dos diferentes órgãos de inteligência do País, de modo a contribuir no planejamento das atividades de combate às organizações criminosas, à lavagem de dinheiro, ao terrorismo e em outras questões de interesse do processo decisório nacional.

O Comitê Gestor da Segurança da Informação buscará consolidar a implantação da cultura de segurança da informação nos órgãos da administração pública federal, com vistas à proteção do conhecimento confiado ou produzido pelo governo.

Na área da Secretaria Nacional Antidrogas destacam-se três linhas estratégicas: I) promoção e socialização do conhecimento técnico-científico, com projetos para promoção de diagnósticos situacionais sobre o consumo de drogas no País; produção de conhecimento técnico-científico; capacitação de agentes do Sisnad para atuação na redução da demanda de drogas;



desenvolvimento de metodologias e socialização do Conhecimento; II) fortalecimento das estruturas do Sisnad; III) suporte à gestão do Sisnad.

Essas estratégias são fundamentais na consolidação da agenda do Governo Federal para a redução da demanda de drogas. O plano se caracteriza pela integração das políticas públicas setoriais, pela mobilização e conscientização da sociedade e pela ampliação de espaços para a participação de diferentes atores públicos, privados e não-governamentais. Nas linhas de atuação estabelecidas, estão contemplados mecanismos de avaliação de desempenho, que possibilitam o acompanhamento e o redirecionamento necessário à execução dos projetos, garantindo que os recursos sejam otimizados e os resultados, maximizados.

Cabe ressaltar que as estratégias desdobradas pela Senad reafirmam o compromisso de governo de estreitar as relações com a sociedade, estimulando o compartilhamento de responsabilidades e fazendo com que as ações de redução da demanda de drogas possam chegar aos mais longínquos pontos e realidades do território nacional.

11. Habitação e Infra-Estrutura Urbana

a) Nova política e ação habitacional

A área da habitação apresentava as seguintes distorções históricas:

- Dos recursos investidos em habitação popular, uma parte ínfima era destinada à população com renda de zero a três salários mínimos, embora esta faixa respondia pela maior parte do déficit habitacional.
- A execução orçamentária não acompanhava a distribuição geográfica do déficit de habitações no País.
- A maior parte dos financiamentos concedidos era canalizada para a aquisição de imóveis usados, em detrimento da construção de novas moradias, o que pouco contribuiu para a redução dos problemas habitacionais.

As correções promovidas pelo governo, na execução dos programas habitacionais federais, são descritas a seguir.



Um dos primeiros esforços foi o estabelecimento de metas para aplicação dos recursos, no valor de R\$5,3 bilhões, provenientes de diversas fontes, disponíveis para o exercício de 2003. Considerou-se principalmente a possibilidade de focalizar a faixa de renda até cinco salários mínimos, levando-se em conta a distribuição geográfica e a prioridade na produção de novas unidades. Até o final de dezembro de 2003 foram contratadas operações que atingiram 95% dos objetivos inicialmente previstos – 300 mil famílias, totalizando 284,4 mil atendimentos habitacionais, com a aplicação de R\$4,4 bilhões.

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) passou por uma ampla revisão. Foram contratadas 21 mil operações, referentes a leilões realizados em 2002 e, no exercício de 2003, foram leiloados 41 mil créditos, que estão em fase de contratação. Essas iniciativas beneficiarão 62 mil famílias, três vezes mais que no ano de 2002. Além disso, a revisão do programa permitiu a distribuição espacial de recursos entre unidades da federação; atenção às famílias de mais baixa renda; ampliação da participação do poder público local e possibilidade de atuação nas áreas rurais e metropolitanas. Também está sendo viabilizado o ingresso de novos agentes promotores e financeiros na implementação de programas habitacionais, com medidas voltadas ao fortalecimento da atuação das Companhias de Habitação Popular (COHABS), e para inclusão das cooperativas e associações habitacionais autogestionárias. Em 2003 foram assinadas com as cooperativas rurais 1.500 créditos no âmbito do PSH.

Uma inovação é a criação do Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), instituído pela Medida Provisória nº 133/03. O PEHP foi criado em sintonia com os propósitos da nova política, no sentido de proporcionar o estabelecimento de parceria com estados e municípios, otimizar e reunir fontes de recursos, e responder à crítica quanto à rigidez dos atuais programas. A execução do PEHP será o ponto de partida para o Plano de Ação que se dedica a apoiar estados e municípios na redução dos problemas habitacionais das Regiões Metropolitanas.

Até 31 de dezembro de 2003, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), aumentou em 50%, em relação ao ano anterior, a quantidade de famílias atendidas, passando de 30 mil para 44 mil famílias.

Foi conferida absoluta prioridade à execução do Habitar-Brasil/BID. Em 2003, foi alocado o dobro dos recursos dos últimos três anos. Equivale dizer que, de setembro de 1999 a dezembro de 2002, foram aplicados R\$63 milhões, e considerando apenas 2003 foram empenhados R\$120



milhões. O total dos empenhos beneficiará 42.186 famílias com obras de urbanização de assentamentos precários.

Outra inovação, na busca por ampliar os recursos direcionados para o setor habitacional, foi o lançamento, pela Caixa Econômica Federal, do fundo Caixa Brasil Construir Residencial São Paulo, primeiro fundo de investimento em direitos creditórios a ser lançado à luz do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS). Por meio dele, a Caixa irá captar mais de R\$100 milhões de recursos financeiros privados que possibilitarão financiar a construção de 1.694 imóveis residenciais e comerciais na cidade de São Paulo.

b) Regularização fundiária

Com a iniciativa Papel Passado, criada em 2003, buscou-se auxiliar a regularização fundiária de assentamentos precários em áreas urbanas, ocupados por população de baixa renda. Em 2003, a política nacional de regularização fundiária avançou na construção de um novo marco jurídico para a questão, construindo uma nova relação com a Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. A adoção de novas práticas cartorárias, com a Associação dos Notários e Registradores (ANOREG) e o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) resultou em convênio-piloto com os cartórios de Gravataí (RS), que já asseguraram gratuidade de registro para 7.265 famílias, tornando-se referência para outros convênios em elaboração. Em relação aos anos anteriores, tudo o que foi feito é novidade, pois inexistiu uma política de regularização de terras no Brasil.

O Governo Federal está apoiando os municípios na formulação de programas de legalização do solo, o que já resultou em contratos de aforamento (cessão gratuita) dos terrenos de marinha. Em 2003 foram concedidos contratos de aforamento para o município do Rio de Janeiro, beneficiando 1.586 famílias; em Recife, 1.859 famílias foram atendidas.

Foram firmados ainda convênios com três estados (Rio de Janeiro, Mato Grosso e Acre), abrangendo 219 municípios, e quatro acordos estão em elaboração (Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul). Os convênios de cooperação técnica, firmados entre União e estados, visam ao desenvolvimento de iniciativas conjuntas, destinadas a qualificar e acelerar o processo de regularização fundiária.

Os processos para cessão de aforamentos, nas gestões anteriores, duravam em torno de 10 a 20 anos. O governo conseguiu, em menos de um ano, desburocratizar e agilizar os processos e já concedeu aforamento para as primeiras áreas.



c) Nova política e ação em saneamento

Até 2003, a atuação federal no saneamento básico era empreendida por meio de 80 ações, 24 programas, oito ministérios e de duas instituições financeiras da União. Neste governo, um mecanismo cooperativo de atuação inaugurou um processo de trabalho potencializador de energias e de recursos: cinco programas unificados de saneamento ambiental, sob gestão colegiada, estão previstos no PPA 2004-2007.

O recurso à criatividade e o intenso trabalho empreendido já permitem afirmar que a meta estabelecida pelo Presidente da República de realizar os financiamentos pelo FGTS (R\$1,4 bilhão em 2003) foi ultrapassada, atingindo R\$1,6 bilhão, quantia seis vezes maior do que nos quatro anos anteriores (R\$273 milhões).

Em relação à política nacional de saneamento ambiental, foi constituído oficialmente em setembro um Grupo de Trabalho Interministerial com o propósito de realizar estudos e elaborar propostas para promover a integração das ações de saneamento ambiental no âmbito do Governo Federal. No Grupo estão sendo realizadas discussões com o objetivo de gerar contribuições para o processo de formulação da nova política nacional de saneamento ambiental, incluindo a redefinição de competências entre os órgãos federais.

d) Mobilidade e transporte urbano

A Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) concebeu um novo modelo de regionalização dos metrô de Belo Horizonte e Recife, com base na gestão tripartite – governos municipais, estaduais e federal –, no qual os recursos federais ficam dependentes, em termos de integração intermodal do desempenho do sistema de transporte.

Foram praticamente retomadas, considerando o ritmo lento em que se encontravam, as obras dos metrô de Belo Horizonte, Salvador e Recife. Parte das linhas de Belo Horizonte e Recife será inaugurada em 2004. Os trens urbanos (Natal, João Pessoa, Maceió, Recife, Salvador e Belo Horizonte) vêm apresentando aumento no volume de passageiros transportados, sendo que a receita própria foi de R\$54 milhões em 2003. O total de passageiros transportados nesse ano chegou a 89.369 mil, com média de 286 mil passageiros por dia útil, valores superiores em 12% e 5%, respectivamente, ao de 2002. Essa elevação se deve ao incremento da demanda no sistema de Recife, com a entrada em operação, no final de 2002, do trecho Rodoviária–Camaragibe, e ao valor da tarifa do trem, que está bem inferior às dos modais concorrentes.



A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB) ampliou a oferta de trens em diversos horários, tendo como consequência maior número de usuários.

Foi lançado o Pró-Transporte, programa que apoiará as prefeituras com obras relacionadas ao transporte público. O Governo Federal recebeu propostas para contratação no Pró-Transporte, e a efetivação das operações será possível no exercício de 2004.

e) Trânsito Urbano

Foram definidas e intensificadas ações conjuntas com o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), envolvendo a aplicação do Código de Trânsito Brasileiro, para fazer frente aos mais de 300 mil acidentes, com perda de mais de 30 mil vidas ao ano. Para tanto, destacam-se três tipos de ações:

- Ações educativas, que promoveram mudança de atitude no trânsito, valorizando o pedestre, fiscalizando e controlando os veículos. São resultado de diversas iniciativas: campanhas anuais educativas de trânsito; Semana Nacional de Trânsito, que em 2003 distribuiu 3 milhões de folhetos, 50.000 cartazes e 27 murais; e III Prêmio Denatran de Educação para o Trânsito, com entidades educativas que defendem os valores da vida e a convivência civilizada.
- Ações que estão viabilizando o Registro Nacional de Infração de Trânsito (RENAINF) vão permitir a extinção da impunidade das multas entre diferentes estados da federação. Atualmente, essas ações estão em fase de testes com os Detrans de Goiás, Distrito Federal, Bahia, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Em seguida, o sistema será implementado em todos os estados, vencendo uma situação historicamente retrógrada, que tem favorecido a ilegalidade e o crime.

Ações para a definição do Modelo de Inspeção Veicular concluíram, após diversas audiências públicas, um relatório final. A portaria interministerial será publicada no início de 2004. O modelo permitirá tornar mais seguros os veículos, diminuindo a possibilidade de acidentes.

f) Capacitação dos municípios para a Política Urbana

A Constituição brasileira determina que a competência nas áreas de saneamento, transporte urbano municipal, uso e ocupação do solo é municipal. Para a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano, foi criado o Programa Nacional de Capacitação das Cidades. O



programa visa a fortalecer os municípios. Em 2003, foram promovidas as seguintes atividades de capacitação:

- 1) Na área de saneamento ambiental, ações voltadas para assistência técnica a 16 estados e 41 municípios; elaboração de projetos e planos diretores de manejo sustentável em relação a resíduos sólidos.
- 2) Na área de habitação, ações de treinamentos, estudos, consultorias, num total de 12 contratos, que capacitaram 636 técnicos municipais no âmbito do programa Habitar-Brasil.
- 3) No que se refere à modernização das informações urbanas, foi promovido em novembro de 2003, com parceria do Lincoln Institute of Land Policy, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Caixa Econômica Federal, o curso Cadastro multifinalitário como instrumento da política fiscal e urbana; teve a participação de 135 inscritos, entre eles 90 representantes de municípios brasileiros.
- 4) Com relação ao apoio para a elaboração de planos diretores, foram realizadas em 2003 diversas atividades de capacitação em municípios brasileiros: São Luís (MA); Rio Branco (AC); Campina Grande (PB) e 31 municípios do cariri paraibano; Curitiba (PR) e 18 associações microrregionais de municípios do Paraná que abrangem mais de 200 municípios do Estado.

Em dezembro de 2003 foi realizado encontro de especialistas de todo o País com o objetivo de discutir o Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

Em 2004, o Ministério das Cidades priorizará a aplicação de recursos para implementar um Plano de Ação destinado às Regiões Metropolitanas. Dada a concentração de problemas urbanos e sociais nessas áreas, a dispersão e a desarticulação dos investimentos nos diversos níveis de governo; a falência do modelo instituído em décadas anteriores; e a ausência de padrão integrado de gestão para transporte, saneamento e outros serviços urbanos, propõe-se um Pacto Federativo. Com estados e municípios e envolvendo participação social, tem o objetivo de articular as intervenções nas Regiões Metropolitanas críticas, a fim de enfrentar conjuntamente os graves problemas dos centros urbanos.

Com vistas à redução dos elevados déficits habitacionais registrados nessas áreas, o Ministério das Cidades irá investir R\$1,94 bilhão na provisão de novas unidades habitacionais, urbanização de áreas precárias, requalificação urbana, provimento de saneamento básico e infra-estrutura.



No setor habitação, espera-se realizar 582 mil atendimentos com a aplicação dos recursos geridos pelo Governo Federal da ordem de R\$7,4 bilhões, provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (R\$4,05 bilhões); Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$200 milhões); Fundo de Arrendamento Residencial – FAR (R\$1 bilhão), orçamentos fiscal e de seguridade (R\$654,6 milhões) e Caixa Econômica Federal (R\$1,5 bilhão). Para ampliação da participação do mercado formal de habitação, em atendimento às faixas de baixa renda, será dada continuidade ao Grupo de Trabalho com representantes dos ministérios das Cidades e da Fazenda, da Associação Brasileira de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP) e Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). O grupo está tratando de assuntos como “patrimônio de afetação”, “fundo de fomento à liquidez”, “pagamento do incontroverso”, “Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)”, “Letras de Crédito Imobiliário (LCI)”, “execução hipotecária extraordinária” e “carta de recompra”.

Além disso, está em construção a Política Nacional de Habitação, que implementará o novo Sistema Nacional de Habitação, após discussão no governo e amplo debate no Conselho das Cidades. O ano de 2004 será o ano de transição para esse novo modelo, quando será instituído o marco regulatório necessário para que em 2005 sua implantação esteja efetivada.

O Ministério das Cidades irá investir R\$5 milhões em regularização fundiária, na iniciativa Papel Passado, priorizando a regularização de favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais, o que possibilitará a obtenção do endereço de cidadania para milhares de famílias. O Ministério das Cidades continuará o trabalho de revisão da Lei nº 6.766/79 (que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano), iniciado em 2003 com a formulação de um substitutivo. A tarefa se desenvolve em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados (CDUI), e deverá estabelecer bases para o acesso à terra dos setores de baixa renda, bem como um novo marco regulatório para a questão.

Na área de saneamento, os investimentos diretos e financiamentos federais são da ordem de R\$4,7 bilhões, sendo R\$1,8 bilhão do FGTS, R\$1,6 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$1,3 bilhão dos orçamentos fiscal e de seguridade. Envolve os ministérios das Cidades, Integração Nacional, Saúde e Meio Ambiente e levará benefícios a 5,1 milhões de famílias, com a expectativa adicional de criar 760 mil empregos. Desse total, R\$1,218 bilhão serão investidos nas Regiões Metropolitanas, em sistemas de produção e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos sanitários e fossas sépticas. Em dezembro de 2003 foram assinados contratos de saneamento com recursos de R\$1,7 bilhão do FGTS, que começarão a produzir resultados a 1,88 milhão de famílias em 2004, com perspectiva de 276 mil empregos.



Integrado ao objetivo do combate à fome, o Ministério das Cidades coordenará, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o desenvolvimento de um projeto destinado à inserção social dos catadores e à erradicação de lixões nos municípios brasileiros, contando com a participação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e dos ministérios do Meio Ambiente, Trabalho e Emprego e Educação

As propostas da Política Nacional de Saneamento Ambiental e do marco regulatório já foram elaboradas e estão em fase final de avaliação no Governo Federal, para serem encaminhadas ao Congresso Nacional ainda no primeiro trimestre de 2004.

Além disso, o Conselho Monetário Nacional, com a Resolução CMN nº 3.153, ampliou em R\$2,9 bilhões o limite de novas operações de crédito para financiamento de ações de saneamento aos estados e municípios. Tais operações deverão estimular significativamente os investimentos nessa área ao longo do ano de 2004.

Na área de infra-estrutura de transporte urbano, o Ministério das Cidades irá investir R\$700 milhões para a implantação de corredores estruturais de transporte, ciclovias, passagens, calçamento para pedestres e equipamento de acessibilidade a pessoas com restrição de mobilidade. Paralelamente, serão implementados projetos de capacitação de agentes públicos e sociais, incluindo a elaboração dos Planos Diretores de Transporte para as cidades com mais de 500 mil habitantes, visando a dar prioridade nos transportes urbanos aos meios coletivos e não motorizados.

Para dar continuidade à implantação dos metrô de Recife, Fortaleza, Belo Horizonte e Salvador (trecho Lapa–Pirajá) e recuperação dos trens urbanos do Rio de Janeiro e Salvador (trecho Calçada–Paripe), o Ministério das Cidades pretende investir cerca de R\$179 milhões. A implementação deste conjunto de obras deve redundar em cerca de 8.200 empregos locais, só na fase de construção.

Também será promovida a implantação de um sistema de gestão de transportes entre os governos federal, estadual e municipal; um sistema de bilhetagem eletrônica; a melhoria e ampliação da rede de integração dos trens urbanos e metrô com os modais ônibus, bicicletas e automóveis; a melhoria física das estações e a implantação de um conselho de usuários.

Para a organização do setor de transporte e mobilidade urbana, será encaminhado ao Congresso Nacional o novo marco regulatório, estabelecendo condições essenciais para viabilização um modelo tarifário e as parcerias público-privadas, abrindo novas perspectivas de investimento para o transporte coletivo urbano.



Na área de trânsito urbano, a implantação da Inspeção Técnica de Segurança Veicular (ITV) resultará na redução do número e dos custos de acidentes de trânsito, redução dos custos de manutenção dos veículos e maior controle sobre a frota nacional (moralização do mercado de automóveis usados, redução do número de roubos e da impunidade). Para tanto, serão construídas 3 mil estações de inspeção que permitirão, no primeiro ano, a geração de cerca de 130 mil empregos, dos quais 45 mil diretos.

Com a implantação do Registro Nacional de Infrações de Trânsito, será instituído, até meados de 2004, um novo modelo de banco de dados, que reunirá todas as notificações de infrações de trânsito no território nacional e possibilitará aos órgãos e entidades executivas de trânsito o registro e compensação de multas. Esse sistema permitirá que motoristas que cometam infrações fora do domicílio de registro dos veículos sejam efetivamente autuados, acabando assim com a sensação de impunidade, além de aumentar em cerca de 30% a arrecadação.

O projeto executivo da ação de Educação para a Cidadania no Trânsito deverá ser contratado e desenvolvido até maio de 2004, assim como serão estabelecidas parcerias com universidades, instituições com reconhecida prática em metodologia de educação popular e instituições da área de trânsito, na intenção de dar suporte ao desenvolvimento da ação e sua implementação. A partir de maio de 2004, a ação será divulgada e implementada em todo o País, visando alcançar, neste primeiro ano, cinco milhões de estudantes e 150 mil professores.

Por fim, o Ministério das Cidades, sabendo da importância do planejamento para o desenvolvimento urbano, oferecerá apoio técnico e financeiro aos municípios. Realizará ações de mobilização e conscientização sobre a importância do planejamento territorial e controle do uso do solo, para uma política de redistribuição de renda e inclusão social, com vistas à elaboração dos Planos Diretores, obrigatórios para cidades com mais de 20.000 habitantes até 2006, conforme estabelece o Estatuto da Cidade.

Em 2004, o Ministério das Cidades promoverá a implantação do Conselho Nacional das Cidades e de suas câmaras setoriais; garantirá, dessa forma, o debate e a definição de critérios para distribuição de recursos orçamentários e de programas temáticos de habitação, saneamento, transporte e mobilidade urbana, trânsito e gestão urbana.